

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

CNPJ nº 31.406.860/0001-53

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora				Consolidado	BALANÇOS PATRIMONIAIS				Nota	Controladora				Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		Passivo e patrimônio líquido	Circulante	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	5	316	288	21.604	25.315		Debêntures privadas	12	—	—	52.825	43.914					
Aplicações financeiras	6	400.102	428.806	450.219	457.536		Contas a pagar por aquisição	15	36.147	17.459	36.147	17.459					
Contas a receber	8	—	21	22.241	22.041		Arrendamento mercantil	13	256	248	1.310	1.161					
Estoques				5.014	5.789		Fornecedores		156	332	8.460	13.186					
Impostos a recuperar		9.479	6.349	10.273	11.689		Obrigações sociais		1.991	2.153	8.300	8.737					
Partes relacionadas	14	1.924	1.628	212	212		Obrigações fiscais		2.810	2.899	20.083	13.537					
Dividendos a receber	14	29.620	10.721	—	—		Partes relacionadas	14	953	698	1.449	1.578					
Outros créditos		1.971	19	5.402	2.352		Dividendos a pagar	14	32.068	15.300	32.405	19.185					
Total do ativo circulante		443.412	447.832	514.965	524.934		Outras obrigações		166	—	843	993					
Não circulante							Total do passivo circulante		74.547	39.089	161.822	119.750					
Realizável a longo prazo							Não circulante										
Fundo restrito	7	—	—	22.176	17.751		Debêntures privadas	12	—	—	254.490	299.128					
Partes relacionadas	14	—	14.008	—	14.008		Contas a pagar por aquisição	15	34.308	49.131	34.308	49.131					
Impostos a recuperar				4.313	—		Arrendamento mercantil	13	87	343	8.026	8.914					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	—	—	2.218	2.360		Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	124.813	129.360	253.974	247.661					
Depósitos judiciais		—	—	1.083	1.187		Provisão para ações judiciais	16	—	—	8.079	18.115					
Outros créditos	6	23	6	174	174		Total do passivo não circulante		159.208	178.834	558.877	622.949					
Investimentos em controladas e coligadas	9	747.516	717.322	21.773	—		Total do passivo		233.755	217.923	720.699	742.699					
Ativo de contrato		—	—	1.100	—		Patrimônio líquido		17								
Imobilizado	10	455	651	427.062	429.716		Capital social		909.360	909.360	909.360	909.360					
Intangível	11	324	567	879.990	904.899		Reserva de lucros		48.598	53.120	48.598	53.120					
Total do ativo não circulante		748.301	732.571	1.359.721	1.370.095		Patrimônio líquido atribuível aos controladores		957.958	962.480	1.153.987	1.152.330					
Total do ativo		1.191.713	1.180.403	1.874.686	1.895.029		Total do patrimônio líquido		1.191.713	1.180.403	1.874.686	1.895.029					
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO																	
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores		Participação de não controladores		Total consolidado							
Saldos em 1º/01/2023		909.360	6.398	2.742	—	918.500		177.234		1.095.734							
Lucro líquido do exercício		—	—	—	61.981	—	—	—	—	14.277	76.258						
Dividendos intermediários	17.4	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.661)	(1.661)						
Juros sobre o capital próprio (jscp)	17.4	—	—	—	—	(18.001)	(18.001)	—	—	—	(18.001)						
Complemento de reserva legal	17.2	—	3.099	—	(3.099)	—	—	—	—	—	—						
Transferência para reserva de lucros retidos	17.3	—	—	40.881	(40.881)	—	—	—	—	—	—						
Saldos em 31/12/2023		909.360	9.497	43.623	—	962.480		189.850		1.152.330							
Lucro líquido do exercício		—	—	—	69.952	69.952	—	—	—	15.977	85.929						
Dividendos intermediários		—	—	—	—	(40.360)	(40.360)	—	—	(10.368)	(10.368)						
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	17.4	—	—	—	—	(17.501)	(17.501)	—	—	—	(17.501)						
Dividendos mínimos obrigatório		—	—	—	—	(16.613)	(16.613)	—	—	—	(16.613)						
Complemento de reserva legal	17.2	—	3.498	—	(3.498)	—	—	—	—	—	—						
Transferência para reserva de lucros retidos	17.3	—	—	(8.020)	8.020	—	—	—	—	—	—						
Aquisição de participação não controladora	17.5	—	—	—	—	—	—	—	—	570	570						
Saldos em 31/12/2024		909.360	12.995	35.603	—	957.958		196.029		1.153.987							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS																	
	Nota	Controladora	Consolidado					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Controladora	Consolidado						
Receita líquida		909.360	6.398	2.742	—	918.500											
Custo dos serviços prestados		58	62	261.079	249.290												
Lucro bruto		58	62	171.815	163.818												
Receitas e despesas operacionais								Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Gerais e administrativas	19	(25.497)	(25.095)	(56.878)	(71.881)			Lucro líquido do exercício		69.952	61.981	85.929	76.258				
Resultado de equivalência patrimonial	9	57.726	45.307	1.173	393			Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		69.							

continuação

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

forma, a Jeceaba permanecerá ativa em busca de novos negócios de construção, operação e manutenção de plantas de tratamento de água, efluentes e resíduos aos futuros clientes.

2. Políticas contábeis materiais: **2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração do Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07 - Evidenciiação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração do Grupo em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração para emissão em 28/03/2025.

2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31/12/2024. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direitos a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida e, a menos que, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição a direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixa de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obter controle até a data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas e coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Empresas controladas:

	31/12/2024 e 31/12/2023		
Empresas	Estado	Quantidade de ações	Participação (%)
GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba")	Minas Gerais	118.815.450	84,50%
Aquapolo Ambiental S.A. ("Aquapolo")	São Paulo	21.633.713	51,00%
GS Inima Industrial Triunfo S.A. ("Triunfo")	Rio Grande do Sul	114.224.101	100,00%
Águas de Reuso Vitoria S.A. ("Reuso Vitoria")	Espirito Santo	21.600.000	90,00%

Empresas	Estado	Quantidade de ações	Participação (%)
Utilitas Pecém – Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A. ("Utilitas")	Ceará	450.000	30,00%

2.3. Combinacão de negócios: Combinacões de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data da aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada, em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4. Classificação corrente versus não corrente: O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial individual e consolidado com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional do Grupo; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • O Grupo não tem direito a diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5. Mensuração do valor justo: O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que será recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível e vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros do Grupo são considerados de nível 2.

2.6. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. 2.6.1. **Ativos financeiros:** a) Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes

ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. b) Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuo) e outros créditos. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. O Grupo não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. O Grupo não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros do Grupo ao valor justo por meio do resultado incluem o fundo restrito e as aplicações financeiras. c) Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, um parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrair significativa a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações retidas pelo Grupo. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia). d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa de que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas viticiais em cada data base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas e externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. 2.6.2. **Passivos financeiros:** a) Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, debêntures privadas e outras obrigações contraídas e concedidas sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem debêntures privadas, contas a pagar por aquisição, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. c) Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no

balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.7. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazos, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. 2.8. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos. 2.9. **Fundo restrito:** Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estavam vinculadas aos contratos de debêntures privadas, para cumprimento das obrigações contratuais do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida). 2.10. **Contas a receber:** As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados de produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para clientes privados. A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração do Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias. 2.11. **Estoques:** Os

continuação

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **2.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ônibus, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ônibus são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC"). **2.16. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil. O Grupo avalia uma única abordagem para reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são deprecados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de reiniciar o arrendamento. **2.17. Custo das debêntures privadas:** Os custos das debêntures privadas atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estesjam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.18. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possuir uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.19. Distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisoriamente na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.20. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razóvel segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas com a subvenção e de que a subvenção será recebida, conforme orientação do Pronunciamento Contábil CPC 07 - Subvenções e Assistência Governamental. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. O Grupo possui incentivo fiscal de ICMS no estado do Rio Grande do Sul conforme Decreto Nº 37.699, de 26/08/1997 onde difere-se o ICMS em 100% das operações de venda de água. Tal incentivo são considerados subvenções para investimento nos termos da Lei Complementar nº 160/2017, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de incentivos fiscais. Os recursos relativos aos incentivos não são distribuídos como dividendo. A Administração, com o suporte de seus assessores jurídicos, realizou uma análise aprofundada e chegou à conclusão de que a Companhia pode ser alvo de fiscalização. Este processo envolveu uma revisão detalhada dos procedimentos adotados, políticas e regulamentos aplicáveis, levando em consideração as normativas vigentes e as possíveis implicações legais. Mais detalhes, vide nota de contingência Nota 16. **2.21. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.22. Transações em moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. Para fins de apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira. **2.23. Tributos: Lucro real:** O Grupo é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas alíquotas e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando uma alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.24. Receitas:** A receita compreende o valor

justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar representam receitas incorridas, cujo fornecimento de água de reuso foi efetuado, entretanto o faturamento ocorrerá no mês subsequente. Os direitos a faturar são reconhecidos em contrapartida aos valores a faturar em contas a receber. Os tipos de receitas do Grupo estão descritos abaixo: **Receitas de comercialização de água de reuso:** As receitas de comercialização compreendem o valor justo da venda de águas de reuso no curso normal das atividades do Grupo e são reconhecidas à medida que os fornecimentos de água de reuso são efetuados. **Receitas de serviços:** As receitas de serviços compreendem a permissão de uso de dutos e condutos de qualquer natureza para disponibilização de água de incêndio. Essas receitas são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados. **2.25. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas. **2.26. Benefícios a empregados:** O Grupo concede os seguintes benefícios: **Participação nos lucros e resultados:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigatoriedade não formalizada. A participação nos lucros e resultados tem como base os resultados alcançados por cada empresa do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **Outros benefícios pós-emprego:** Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através da emissão de apólice individual sem a permissão de uso de dutos e condutos de qualquer natureza para disponibilização de água de incêndio. Essas receitas são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados.

2.25. Resultado financeiro: As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas. **2.26. Benefícios a empregados:** O Grupo reconhece os seguintes benefícios: **Participação nos lucros e resultados:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigatoriedade não formalizada. A participação nos lucros e resultados tem como base os resultados alcançados por cada empresa do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **Outros benefícios pós-emprego:** Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através da emissão de apólice individual sem a permissão de uso de dutos e condutos de qualquer natureza para disponibilização de água de incêndio. Essas receitas são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados.

2.27. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2024: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações às IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores:** As alterações às IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **2.28. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas abaixo. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações discontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opциonalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entraram em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligadas, Em Controle e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no resultado do período em que ocorrem. Para fins de apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira. **2.23. Tributos: Lucro real:** O Grupo é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas alíquotas e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando uma alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.24. Receitas:** A receita compreende o valor

justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar representam receitas incorridas, cujo fornecimento de água de reuso foi efetuado, entretanto o faturamento ocorrerá no mês subsequente. Os direitos a faturar são reconhecidos em contrapartida aos valores a faturar em contas a receber. Os tipos de receitas do Grupo estão descritos abaixo: **Receitas de comercialização de água de reuso:** As receitas de comercialização compreendem o valor justo da venda de águas de reuso no curso normal das atividades do Grupo e são reconhecidas à medida que os fornecimentos de água de reuso são efetuados. **Receitas de serviços:** As receitas de serviços compreendem a permissão de uso de dutos e condutos de qualquer natureza para disponibilização de água de incêndio. Essas receitas são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados.

2.25. Resultado financeiro: As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas. **2.26. Benefícios a empregados:** O Grupo reconhece os seguintes benefícios: **Participação nos lucros e resultados:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigatoriedade não formalizada. A participação nos lucros e resultados tem como base os resultados alcançados por cada empresa do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **Outros benefícios pós-emprego:** Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através da emissão de apólice individual sem a permissão de uso de dutos e condutos de qualquer natureza para disponibilização de água de incêndio. Essas receitas são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados.

2.27. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2024: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações às IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores:** As alterações às IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulga

continuação

variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. **Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre as debêntures privadas, aplicações financeiras, fundo restrito e empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos):

Indicadores	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	consolidado (provável)	(+ 25%)	(- 25%)	(+ 50%)	(- 50%)
CDI	25,28% (*)	31,60%	18,96%	37,91%	12,64%
Aplicações financeiras	463.834	581.075	610.386	551.765	639.696
Fundo restrito	22.176	27.781	29.183	26.380	30.584
TR + 8,75% a.a.	11,32% (*)	14,15%	8,49%	16,99%	5,66%
Debêntures privadas	(161.417)	(179.696)	(184.265)	(175.126)	(188.835)
CDI + 2,57% a.a.	27,85% (*)	34,81%	20,88%	41,77%	13,92%
Debêntures privadas	(145.898)	(186.526)	(196.682)	(176.369)	(206.839)

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e TR acumulados em 31/12/2024). Risco de câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo). O Grupo gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, que o levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber de clientes e de partes relacionadas) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pelo Grupo em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução no valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. Risco de liquidez: O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, o Grupo possui premissas de desembolsos e recebimentos que são monitorados diariamente pela Tesouraria do Grupo. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de endividamentos.

4.2. Instrumentos financeiros por categoria:

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	316	288	21.604	25.315		
Contas a receber de clientes	-	21	22.241	22.041		
Contas a receber de partes relacionadas	1.924	1.628	212	212		
Dividendos a receber	29.620	10.721	-	-		
Empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos)	-	14.008	-	14.008		
Ativo de contrato	-	-	1.100	-		
Outros créditos	1.977	42	5.408	2.526		
	33.837	26.708	50.565	64.102		
Ativos financeiros por meio do resultado						
Aplicações financeiras	400.102	428.806	450.219	457.536		
Fundo restrito	-	-	22.176	17.751		
	400.102	428.806	472.395	475.287		
Total do ativo financeiro	433.939	455.514	522.960	539.389		
Passivos financeiros pelo custo amortizado						
Debêntures privadas	-	-	(307.315)	(343.042)		
Contas a pagar por aquisição	70.455	66.590	70.455	66.590		
Arrendamento mercantil	(343)	(591)	(9.336)	(10.075)		
Contas a pagar de fornecedores	(156)	(332)	(8.460)	(13.186)		
Contas a pagar de partes relacionadas	(953)	(698)	(1.449)	(1.578)		
Dividendos a pagar	(32.068)	(15.300)	(32.405)	(19.185)		
Outras obrigações	(166)	-	(843)	(993)		
Total do passivo financeiro	36.769	49.669	(289.353)	(321.469)		
Ativos e passivos financeiros líquidos	470.708	505.183	233.607	217.920		

4.3. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital do Grupo é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas. O Grupo administra a estrutura de capital e a ajuste considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos dos covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. O Grupo monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31/12/2024 e de 2023, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	Controladora	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures privadas	-	-	307.315	343.042		
(-) Empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos)	-	(14.008)	-	(14.008)		
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(316)	(288)	(21.604)	(25.315)		
(-) Aplicações financeiras	(400.102)	(428.806)	(450.219)	(457.536)		
Dívida líquida	(400.418)	(443.102)	(186.684)	(171.568)		
Patrimônio líquido	957.958	962.480	1.153.987	1.152.330		
Total do capital	557.540	519.378	967.303	980.762		
Índice de alavancagem	(72%)	(85%)	(19%)	(17%)		

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	20	23	24	27		
Bancos	296	265	7.965	7.395		
Aplicações financeiras	-	-	13.615	17.893		
	316	288	21.604	25.315		

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média de 100,13% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2024 (100,85% em 31/12/2023). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

6. Aplicações financeiras:

	Controladora	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	400.102	428.806	450.219	457.536		
	400.102	428.806	450.219	457.536		

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média de 100,37% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2024 (entre 100,62% e 100,8% em 31/12/2023). A Administração possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos.

7. Fundo restrito

	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras restritas	22.176	17.751	

O fundo restrito compreende as controladas Aquapolo e Triuno e está representado por aplicações financeiras que possuem a utilização vinculada a contratos de debêntures privadas dessas controladas e, se faz necessário, para cumprimento da cláusula de índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) dos respectivos contratos. Na controlada Aquapolo, essas aplicações financeiras são atreladas ao rendimento do Fundo de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a uma variação média de 10,7176% dos títulos públicos em 31/12/2024 (13,0399% em 31/12/2023). Na controlada Triuno, essas aplicações financeiras são atreladas ao rendimento do CDI e são remuneradas a uma variação média

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

de 97,56% em 31/12/2024 (96,50% em 31/12/2023).

8. Contas a receber:

	Controladora	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

<tbl_r cells="7" ix="5" maxcspan

continuação

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas				
Depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências
				31/12/2023
Máquinas e equipamentos	(16.563)	(6.051)	3.205	(4.952)
Móveis e utensílios	(227)	(84)	21	(33)
Ferramentas	(1.261)	—	4.787	3.526
Veículos	79	(1)	1	79
Equipamentos de informática	(627)	(331)	51	(46)
Edificações e benfeitorias	27	(1.663)	—	(15.162)
Instalações	34.047	(11.918)	—	(16.798)
Redes e tubulações	(57.300)	387	—	81.949
Direito de uso de arrendamento	(1.731)	(1.056)	—	(2.787)
Saldo líquido	(43.556)	(20.717)	3.277	(244)
			31/12/2023	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	48.123	—	42.768	
Móveis e utensílios	486	—	628	
Ferramentas	2.374	—	2.937	
Equipamentos de informática	622	—	684	
Edificações e benfeitorias	44.856	—	946	
Instalações	232.785	—	93.844	
Terrenos	163	—	163	
Redes e tubulações	(26.990)	—	167.333	
Direito de uso de arrendamento	7.701	—	8.641	
Obras em andamento	119.596	—	69.063	
	429.716	—	387.007	
As obras em andamento referem-se às controladas Aquapolo e Triunfo e, correspondem, aos projetos de modernização, melhorias operacionais e de infraestrutura nas plantas das controladas. As obras mais significativas correspondem a robustez do sistema de água desmineralizada, instalações físicas da estação de tratamento de água. As conclusões dessas obras acontecerão por etapas entre março de 2025 a dezembro de 2029. No exercício de 2024 houve a finalização da nova linha de água clarificada (Projeto Tubovia) e do Almoxarifado e os valores foram alocados nas contas de Instalações e Edificações, respectivamente. Em 31/12/2023, as transferências de custo e depreciação, no montante líquido de R\$75, correspondem as transferências do ativo intangível para o ativo imobilizado. O Grupo revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. As vidas úteis, em anos, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.12. No ano de 2024, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 22, as adições do direito de uso de arrendamento, no reconhecimento inicial, no montante de R\$492, não afetaram as movimentações do fluxo de caixa.				
11. Intangível:				
Controladora				
Custo	31/12/2023	Adições	31/12/2024	
Direito de uso de arrendamento	1.114	—	1.114	
Amortização	1.114	—	1.114	
			31/12/2023	31/12/2023
Direito de uso de arrendamento	(547)	(243)	(790)	
Saldo líquido	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Direito de uso de arrendamento	324	567	567	
	324	567	567	
Controladora				
Custo	31/12/2022	Adições	31/12/2023	
Direito de uso de arrendamento	1.114	—	1.114	
Amortização	1.114	—	1.114	
			31/12/2022	31/12/2022
Direito de uso de arrendamento	(304)	(243)	(547)	
Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	
Direito de uso de arrendamento	567	810	567	
	567	810	810	
Consolidado				
Custo	31/12/2023	Adições	31/12/2024	
Direito da carteira de clientes (i)	833.254	—	833.254	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	196.575	—	196.575	
Direito de uso de arrendamento	3.691	—	3.691	
Direito de uso – servidão de passagem	1.546	—	1.546	
Software	5.935	59	5.994	
	1.041.001	59	1.041.060	
Amortização				
	31/12/2023	Adições	31/12/2024	
Direito da carteira de clientes (i)	(92.707)	(20.413)	(113.120)	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	(39.992)	(4.053)	(44.045)	
Direito de uso de arrendamento	(2.071)	(243)	(2.314)	
Direito de uso – servidão de passagem	(463)	(36)	(499)	
Software	(869)	(223)	(1.092)	
	(136.102)	(24.968)	(161.070)	
Saldo líquido	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Direito da carteira de clientes (i)	720.134	740.547	2028	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	152.530	156.583	2029	
Direito de uso de arrendamento	1.377	1.620	Após 2029	
Direito de uso – servidão de passagem	1.047	1.083		
Software	4.902	5.066		
	879.990	904.899	904.899	
Consolidado				
Custo	31/12/2022	Adições	31/12/2023	
Direito da carteira de clientes (i)	833.254	—	833.254	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	196.575	—	196.575	
Direito de uso de arrendamento	3.691	—	3.691	
Direito de uso – servidão de passagem	1.546	—	1.546	
Software	5.935	59	5.994	
	1.040.946	59	1.041.001	
Amortização				
	31/12/2023	Adições	31/12/2024	
Direito da carteira de clientes (i)	(72.295)	(20.412)	(92.707)	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	(35.939)	(4.053)	(39.992)	
Direito de uso de arrendamento	(1.828)	(243)	(2.071)	
Direito de uso – servidão de passagem	(425)	(38)	(463)	
Software	(907)	(206)	(223)	
	(111.394)	(24.952)	(136.102)	
Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	
Direito da carteira de clientes (i)	740.547	760.959	2026	
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	156.583	160.636	2027	
Direito de uso de arrendamento	1.620	1.863	2028	
Direito de uso – servidão de passagem	1.083	1.121	2029	
Software	5.066	4.973	Após 2029	
	904.899	929.552	929.552	
(i) Direito da carteira de clientes: Correspondem as relações contratuais com clientes, adquiridas na combinação de negócios, ocorridas em 2019 e são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação. As relações com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por impairment, se necessário. (ii) Mais-valia do intangível de contrato: Refere-se à exploração do contrato de fornecimento de energia, adquirido na combinação de negócios, ocorrida em 2019 e é reconhecido pelo valor justo na data da combinação, tendo sua amortização efetuada de forma linear pelo prazo de 40 anos. Em 31/12/2023, as transferências de custo e depreciação, no montante líquido de R\$75, correspondem as transferências do ativo intangível para o ativo imobilizado. O Grupo revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. As vidas úteis, em anos, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.13.				
12. Debêntures privadas:				
Encargos financeiros				
Unidade	Debenturista	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Aquapolo (a)	Caixa Econômica Federal	TR + 8,75% a.a.	Agosto/2029	162.660
	(-) Custos de transação			(1.243)
				(1.519)
Triunfo (b)	Itau Unibanco S.A.	CDI + 2,57%	Agosto/2033	147.332
	(-) Custos de transação			(1.434)
				(1.599)
			307.315	343.042
Passivo circulante			52.825	43.914
Passivo não circulante			254.490	299.128
			307.315	343.042
(a) Aquapolo: Em 02/09/2011, a Aquapolo emitiu, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), 326.732 debêntures, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R\$326.732,				
Transf- rências				
			31/12/2023	
Máquinas e equipamentos	(16.563)	(6.051)	3.205	(4.952)
Móveis e utensílios	(227)	(84)	21	(33)
Ferramentas	(1.261)	—	4.787	3.526
Veículos	79	(1)	1	79
Equipamentos de informática	(627)	(331)	51	(46)
Edificações e benfeitorias	27	(1.663)	—	(15.162)
Instalações	34.047	(11.918)	—	(16.798)
Redes e tubulações	(57.300)	387	—	81.949
Direito de uso de arrendamento	(1.731)	(1.056)	—	(2.787)
	(43.556)	(20.717)	3.277	(61.240)
Saldo líquido			31/12/2023	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	48.123	—	42.768	
Móveis e utensílios	486	—	628	
Ferramentas	2.374	—	2.937	
Equipamentos de informática	622	—	684	
Edificações e benfeitorias	44.856	—	946	
Instalações	232.785	—	93.844	
Terrenos	163	—	163	
Redes e tubulações	(26.990)	—	167.333	
Direito de uso de arrendamento	7.701	—	8.641	
Obras em andamento	119.596	—	69.063	
	429.716			

continuação

percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 29/12/2023, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de JSCP no montante de R\$18.001. Em 05/03/2024, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$40.340, com base em resultado de exercícios anteriores. Em 29/12/2024, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de JSCP no montante de R\$17.501. Em 31 de dezembro a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$16.613.

17.5. Aquisição de participação não controladora: No decorrer do exercício de 2024 a Tubenews Construção e Montagem Ltda. aportou o montante de R\$570 na controlada Águas de Reuso Vitoria S.A.

18. Receita líquida:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

Receita bruta			
Água de reuso	—	—	314.201
Prestação de serviços	67	72	729
Serviços de construção (i)	—	—	1.159
Deductions da receita	67	72	316.089
ICMS	—	—	(28.478)
PIS	(1)	(1)	(4.726)
COFINS	(5)	(5)	(21.770)
ISS	(3)	(4)	(36)
Vendas canceladas e descontos concedidos	—	—	(4)
Subvenção Tributária (ii)	—	—	24.586
Receita líquida	58	62	261.079
			249.290

(i) As receitas dos serviços de construção referem-se a controlada Reuso Vitoria, elas são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às melhorias no prédio administrativo e adequações na Estação de Produção de Água de Reuso - EPAR, no município de Vitoria/ES. A Administração da Companhia entende que a subconcessão de água de reuso não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. (ii) O exercício findo em 31/12/2023, a controlada Triunfo reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com o respaldo na Lei Complementar 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos conforme nota 2.20. O total reconhecido no exercício findo em 31/12/2023, relativos aos benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS utilizados no exercício, totalizou R\$24.586, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, resultando em uma isenção de R\$8.359. No ano de 2024 não houve reconhecimento da subvenção de ICMS.

19. Custos e despesas por natureza:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

Custos dos serviços prestados			
Materiais	—	—	(23.185)
Serviços de terceiros	—	—	(13.102)
Energia elétrica	—	—	(8.676)
Pessoal	—	—	(19.530)
Depreciação	—	—	(18.991)
Amortização	—	—	(193)
Aluguéis	—	—	(3.285)
Seguros	—	—	(2.007)
Publicidade e propaganda	—	—	(17)
Serviços de construção	—	—	(1.159)
Outros custos com operação	—	—	881
Total dos custos	—	(89.264)	(85.472)
Controladora	Consolidado		
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

Despesas gerais e administrativas

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

Aos Administradores e aos Acionistas da **GS Inima Industrial S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Industrial S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------	------------	------------

</

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

CNPJ nº 16.832.157/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Circulante				Saldos em 1º de janeiro de 2023	48.446	2.336	2.336	28.206	81.324	81.324
Caixa e equivalentes de caixa	5	200	3.552	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.086	9.086
Contas a receber	7	21.251	17.124	Integralização de capital social	15.1	-	-	-	-	-
Estoques	2.236	2.636		Complemento de reserva legal	15.2	-	454	-	(454)	-
Impostos a recuperar	354	29		Complemento de reserva de contingências	15.3	-	-	454	-	(454)
Outros créditos	1.214	583		Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	-	-	-	(2.044)	(2.044)
Total do ativo circulante	25.255	23.924		Transferência para reserva de lucros retidos	15.4	-	-	6.134	(6.134)	-
Não circulante				Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.446	2.790	2.790	34.340	88.366	
Realizável a longo prazo				Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.048	12.048
Aplicações financeiras	6	549	497	Complemento de reserva legal	15.2	-	602	-	(602)	-
Contas a receber	7	247	395	Complemento de reserva de contingências	15.3	-	-	602	(602)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	1.419	1.205	Dividendos mínimos obrigatórios	15.5	-	-	-	(2.710)	(2.710)
		2.215	2.097	Transferência para reserva de lucros retidos	15.4	-	-	8.134	(8.134)	-
Ativo de contrato	8	10.920	4.291	Saldos em 31 de dezembro de 2024	48.446	3.392	3.392	42.474	-	97.704
Intangível	9	253.558	254.197							
Total do ativo não circulante	266.693	260.585								
Total do ativo	291.948	284.509								
Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023							
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	10	4.759	4.739	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
Arrendamento mercantil	11	363	1.580	Nota	31/12/2024	31/12/2023				
Fornecedores	5.626	6.131		Receita líquida	16	141.329	133.232			
Obrigações sociais	4.220	4.299		Custo dos serviços prestados	17	(89.557)	(83.654)			
Obrigações fiscais	953	1.441		Lucro bruto	51.772	49.578				
Concessão de serviços públicos	12	7.073	6.760	Receitas e despesas operacionais						
Dividendos a pagar	13	6.995	6.329	Gerais e administrativas	17	(16.966)	(15.088)	Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Partes relacionadas	13	8.402	6.615	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	70	70	139	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	(214)
Outras obrigações	1.263	602		(16.896)	(14.949)			Ajuste para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais	9	16.098
Total do passivo circulante	39.654	38.496		Lucro operacional antes do resultado financeiro	34.876	34.629		Atualização monetária de arrendamento mercantil	9	13.397
Não circulante				Resultado financeiro				Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	7.690
Empréstimos e financiamentos	10	69.827	74.284	Receitas financeiras	18	1.943	2.651	Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	13	816
Arrendamento mercantil	11	4.395	4.410	Despesas financeiras	18	(18.649)	(23.622)	Mútuo	9	137
Partes relacionadas	13	12.377	11.561	Lucro líquido do exercício	12.048	9.086		Baixas do ativo intangível		885
Concessão de serviços públicos	12	67.631	66.596	Lucro por ação – básico e diluído – R\$	20	0,25	0,19	Baixas do ativo de contrato		175
Provisão para ações judiciais	14	360	796					Atualização monetária de arrendamento mercantil		250
Total do passivo não circulante	154.590	157.647						Ajuste a valor presente do arrendamento mercantil		1.440
Total do passivo	194.244	196.143						Atualização monetária da concessão dos serviços públicos		10.911
Patrimônio líquido	15							Ajuste a valor presente da concessão dos serviços públicos		10.911
Capital social	48.446	48.446						Contas a receber	7	(5.070)
Reserva de lucros	49.258	39.920						Estoques		(2.887)
Total do patrimônio líquido	97.704	88.366						Impostos a recuperar		(405)
Total do passivo e patrimônio líquido	291.948	284.509						Depósitos judiciais		(25)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia") foi constituída em 23 de agosto de 2012, com sede na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba/SP, e possui como objeto a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição dos esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos. Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$14.399 (R\$14.572 em 31 de dezembro de 2023) e apresentou índice de liquidez corrente de 0,64 (0,62 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia vem apresentando lucro líquido no montante de R\$12.048 (R\$9.086 em 2023) e uma reserva de lucro retido no montante de R\$42.474 (R\$34.340 em 31 de dezembro de 2023), bem como apresenta caixa gerado nas atividades operacionais em 2024 de R\$34.646 (R\$37.309 em 2023). A Administração da Companhia entende que não há indícios de descontinuidade operacional. A Administração da Companhia afirma que, através de suas projeções de fluxos de caixa futuros do seu plano de negócios, terá caixa suficiente para garantir o pagamento de todas as suas obrigações de curto prazo, previstas até o encerramento do exercício de 2024. O plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia está pautado em: (i) Reequilíbrio contratual gerando mais recursos; (ii) Monitorar os títulos atrasados para diminuição da inadimplência; (iii) Redução de custos operacionais e aumento da produtividade gerando aumento das margens operacionais. A Administração da Companhia entende que as ações mencionadas acima possibilitam a manutenção de suas atividades operacionais e garantem a manutenção do caixa necessário para sua operação e cumprimento das obrigações futuras. Devido à grande importância dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário, a Companhia continua investindo na ampliação suas estações de tratamento. Tais investimentos estão totalmente alinhados à expansão das estações de tratamento realizada nos últimos anos, além de proporcionar o aumento da capacidade da prestação do serviço oferecido pela Companhia. **2. Políticas contábeis materiais:** **2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07 – Evidenceação na Divulgação dos Relatórios Contábeis-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 20 de março de 2025. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deva ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 20 de março de 2025. **2.4. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **2.4.1. Ativos financeiros:** a) Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como

mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de neg

continuação

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias. **2.8. Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. O valor útil do ativo intangível é avaliado como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos intangíveis	Vida útil
Otorga	30 anos
Sistema de abastecimento de água	30 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Instalações	5 a 10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Edificações	4 anos
Ferramentas	5 a 10 anos
Embarcações	5 a 10 anos
Direito de uso de arrendamento	2 a 4 anos
Direito de uso de servidão de passagem	20 anos
Software	5 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica IPC 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da IPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo elos revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.10. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil. A Companhia avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **2.10. Arrendamentos: Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de reincidente o arrendamento. **2.11. Custo dos empréstimos e financiamentos:** Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estes estão prontos para o uso ou venda pretendida. **2.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15. Tributos:** Lucro real: A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e díferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Imposto de renda e contribuição social - correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos

correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apropriação de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretender fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.16. Receitas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, e provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridos no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em decorrência dos cortes dos períodos de leitura dos hidrômetros para emissão de cada fatura. Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo: **Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água. A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação, como também religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. **Receitas de construção:** As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica IPC 01 - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **2.17. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - **Acordos de financiamento de fornecedores:** As alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notícias explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora definida no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controle Admistrado e Controlado Em Conjunto e ao CPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica CPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A CPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técn

continuação ➔

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

data do registro da outorga com base na taxa de desconto real de 6% a.a., que reflete o custo de oportunidade projetado para o negócio. **13. Partes relacionadas:**

	31/12/2024				31/12/2023
	Contas Mútuo a pagar	Dividendos e JSCP a pagar	Despesas financeiras	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)	Quantidade de ações integralizadas (em milhares)
GS Inima Brasil Ltda. (i)	9.530	7.824	6.995	(816)	(2.983)
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. (ii)	3.425	-	-	-	-
	12.955	7.824	6.995	(816)	(2.983)

	31/12/2023				31/12/2023
	Contas Mútuo a pagar	Dividendos e JSCP a pagar	Despesas financeiras	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)	Quantidade de ações integralizadas (em milhares)
GS Inima Brasil Ltda. (i)	6.828	7.008	6.329	(885)	(2.421)
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. (ii)	4.340	-	-	-	-
	11.168	7.008	6.329	(885)	(2.421)

(i) Os saldos de contas a pagar com a GS Inima Brasil Ltda. correspondem aos contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras e será quitado no decorrer do ano de 2025. O saldo de R\$7.824 (R\$7.008 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a um contrato de mútuo captado entre as partes em 14 de dezembro de 2022. Esse mútuo é atualizado, mensalmente, pelo CDI acrescido de 3% ao ano. O contrato de mútuo possui vencimento em 15 de dezembro de 2028, motivo pelo qual a totalidade do saldo está registrada no passivo não circulante. A movimentação do mútuo está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	7.008	1.834
Liberação de recursos	-	4.289
Juros incorridos no exercício	816	885
	7.824	7.008

(ii) Os saldos de contas a pagar com a GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. correspondem aos contratos de serviços de execução, supervisão, gerenciamento de obras e gestão comercial. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$1.106 (R\$1.009 em 31 de dezembro de 2023), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e não possuem benefícios indiretos significativos. A Companhia concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo do PLR a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.934 (R\$2.019 em 31 de dezembro de 2023). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR: Participantes Os participantes nos resultados da Companhia são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados designados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado. Valores Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos.

14. Provisão para ações judiciais:

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências civis (i)	246	474
Contingências trabalhistas (ii)	114	322
	360	796

(i) As contingências civis referem-se a riscos prováveis com indenizações a terceiros em relação a perdas de bens. (ii) As reclamações trabalhistas referem-se a pedidos de verbas de diferenças salariais, pedidos indemnizatórios e adicionais de outras naturezas, formulados por antigos empregados, assim como aqueles referentes às empresas terceiras que prestaram serviços para a Companhia. O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, civil, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia for provável. A Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$2.279 (R\$1.627 em 31 de dezembro de 2023), com probabilidades de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Reclamações civis	1.899	1.518
Reclamações trabalhistas e previdenciárias	380	109
	2.279	1.627

A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	796	840
Complemento de provisão	436	405
Reversão de provisão	(872)	(449)
	360	796

Nos complementos de provisão estão incluídos juros e atualização monetária.

15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social da Companhia está totalmente integralizado e representa o montante de R\$48.446 e está representado por 48.446 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal, assim distribuído:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	796	840
Complemento de provisão	436	405
Reversão de provisão	(872)	(449)
	360	796

Aos Acionistas e Administradores da **Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.**, Araçatuba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

31/12/2024 e 31/12/2023

Quantidade de ações integralizadas (em milhares) Participação direta no capital social

GS Inima Brasil Ltda. 48.446 100%

Atualização financeira da outorga (6.639) (10.911)

Ajuste a valor presente da outorga (1.753) (250)

Variação monetária e cambial passiva (257) (47)

Descontos concedidos (208) (924)

Juros e despesas bancárias (977) (1.032)

Juros sobre mútuos (816) (885)

Outras despesas financeiras (281) (234)

Total do resultado financeiro (18.649) (23.622)

19. Imposto de renda e contribuição social: 19.1. Reconciliação da alíquota efetiva

do imposto de renda e contribuição social:

31/12/2024 31/12/2023

Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social 18.170 13.658

Alíquota vigente 34% 34%

Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente (6.178) (4.644)

Ajustes para alíquota efetiva: 56 72

Diferenças permanentes (6.122) (4.572)

Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente (6.336) (4.519)

Correntes 214 (53)

Diferidos (6.122) (4.572)

19.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

31/12/2024 31/12/2023

Ativo fiscal diferido i) 8.379 7.568

Passivo fiscal diferido ii) (6.960) (6.363)

Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos 1.419 1.205

(i) O ativo fiscal diferido está atrelado as seguintes diferenças temporárias: provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa, provisão para ações judiciais, provisão para obsolescência dos estoques, participação nos lucros e resultados, ajuste a valor presente

sobre a outorga e diferenças de depreciação e amortização fiscal e societária. (ii) O passivo fiscal diferido está atrelado as seguintes diferenças temporárias: ajuste a valor presente

sobre a outorga, ajuste a valor presente sobre a obrigação a pagar a fornecedores e ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil. A expectativa de realização do imposto diferido, líquido e como segue:

2025 34

2026 39

2027 35

A partir de 2027 1.311 1.419

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

31/12/2024 31/12/2023

Ativo Passivo Ativo Passivo

Saldo em 1º de janeiro 7.568 (6.363) 7.491 (6.233)

Agrotools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A.

CNPJ/MF nº 08.808.179/0001-10

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balanço Patrimonial				Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido							Atribuível aos acionistas da Companhia		
	Notas	2024	2023	2024	2023	Notas	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Opcões Outorgadas	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Participações dos não controladores	Total
Ativo Circulante						Saldo em 31 de dezembro de 2022	97.259	—	5.707	—	(3.209)	99.757	(16,8)	99.740
Caixa e equivalentes de caixa	4	58.209	61.714	58.304	62.025	Lucro/(prejuízo) do exercício	—	—	—	—	(9.511)	(9.511)	3,4	(9.508)
Clientes	5	3.523	5.257	3.523	5.257	Reserva – plano de outorga de ações	18.4	—	1.813	—	—	1.813	—	1.813
Clientes – Empresas do grupo	5 e 8	—	503	—	—	Ajuste de exercício anterior	—	—	—	—	—	—	13,4	13
Impostos à recuperar	6	1.404	941	1.535	1.067	Saldo em 31 de dezembro de 2023	97.259	—	7.520	—	(12.720)	92.059	—	92.059
Outros créditos	7	1.423	158	1.423	158	Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(1.325)	(1.325)	—	(1.325)
Total do ativo circulante	64.559	68.573	64.785	68.507		Reserva – plano de outorga de ações	18.4	—	1.192	—	—	1.192	—	1.192
Ativo não circulante						Saldo em 31 de dezembro de 2024	97.259	—	8.713	—	(14.045)	91.927	—	91.927
Partes relacionadas	8	1.530	1.176	—	—									
Impostos à recuperar	6	1.050	1.050	1.050	1.050									
Tributos diferidos ativos	24	3.159	3.159	1.669	1.669									
Imobilizado	9	1.529	1.669	1.529	1.669									
Intangível	10	33.213	31.047	33.213	31.047									
Total do ativo não circulante	40.481	34.942	38.950	33.766										
Total do ativo	105.040	103.515	103.737	102.273										
Passivo														
Passivo e patrimônio líquido														
Passivo circulante														
Financiamentos	11	124	203	124	203	Demonstração do Resultado do Exercício								
Fornecedores	12	681	647	687	648	Controladora	2024	2023	2024	2023				
Obrigações tributárias	13	835	867	835	868	Notas	2024	2023	2024	2023				
Obrigações trabalhistas	14	8.301	7.561	8.301	7.561	Receita operacional líquida	19	41.171	28.573	41.171	29.844			
Outras obrigações	15	495	114	495	114	Custo dos serviços prestados	20	(24.327)	(18.569)	(24.327)	(18.571)			
Dividendos a pagar	16	376	376	376	376	Luco bruto	16.843	10.004	16.843	11.273				
Total do passivo circulante	10.812	9.768	10.818	9.770		Despesas gerais e administrativas	21	(15.564)	(15.925)	(16.178)	(16.033)			
Passivo não circulante						Despesas com vendas	21	(8.899)	(6.405)	(8.360)	(7.030)			
Outras obrigações	15	2.300	1.688	992	444	Outras despesas operacionais	22	(24)	(96)	(24)	(94)			
Total do passivo não circulante	2.300	1.688	992	444		Prejuízo antes do resultado financeiro	(11.237)	(15.955)	(11.248)	(15.849)				
Total do passivo	13.112	11.456	11.810	10.214		Receitas financeiras	23	8.136	7.623	8.151	7.628			
Patrimônio líquido						Despesas financeiras	23	(1.383)	(1.179)	(1.387)	(1.183)			
Capital social	18.1	97.259	97.259	97.259	97.259	Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(4.484)	(9.511)	(4.484)	(9.404)				
Reserva plena de outorga de ações	18.4	8.713	7.520	8.713	7.520	IRPJ e CSLL corrente	24	—	—	(104)				
Prejuízos acumulados	18.3	(14.045)	(12.720)	(14.045)	(12.720)	IRPJ e CSLL diferido	6 e 24	3.159	—	3.159				
Total do patrimônio líquido	91.927	92.059	91.927	92.059		Atribuível a:	(1.325)	(9.511)	(1.325)	(9.511)				
Total do passivo e patrimônio líquido	105.040	103.515	103.737	102.273		Acionistas da Companhia	3.13	—	3	—				
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras						(1.325)	(9.508)							
1. Contexto operacional – A Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de fevereiro de 2007. Em 12 de fevereiro de 2020, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a alteração do tipo jurídico da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações. Empresa genuinamente brasileira, com sede na cidade de São José dos Campos, se consolidou como a maior plataforma tecnológica que atende as corporações que se relacionam com o agronegócio. A Companhia e sua controlada (conjuntamente com o Grupo), tem como principal atividade operacional o desenvolvimento e entrega de soluções digitais baseadas em sistemas geográficos, cruzamento de dados multi fonte e metodologias/know-how, com processamento de informações tabulares e espaciais, integração de sistemas, uso de aplicações mobile e técnicas derivadas de sensorização remota. Normalmente, nossos clientes utilizam dezenas de aplicações da Agrotools em vários desafios internos e externos, sempre em missões críticas. Somos referência em soluções de grande escala para adaptação à agenda climática, por meio de melhores usos de dados e tecnologia relacionados aos territórios, nos posicionando com experiência dentro das organizações, participando de processos e rotinas de corporações de todos os portes, nacionais e internacionais para buscar soluções. Possuí patentes sobre diversos produtos exclusivos e soluções operacionais que atendem às mais diversas legislações, tais como: Leis do Crédito Agrícola, Moratória da Soja, TAC da Carne, Protocolos ESG, criação de Política de Sustentabilidade globais, entre outras. Em 2024, a carteira de contratos da Companhia saltou 25% quando comparado ao ano de 2023. O volume de dados processados, analisados e consumidos pelos clientes cresceu de forma exponencial, ilustrando o avanço das soluções oferecidas aos clientes, bem como, a forte aderência da oferta de soluções alinhadas às necessidades dos nossos clientes. As atividades da Companhia não envolvem a concessão de financiamento aos clientes do agronegócio. ISO 27001 (Não auditado): A Cia é uma das 200 (duzentas) empresas brasileiras que detêm certificação ISO 27001 desde 2022, reforçando seu comprometimento em manter um ambiente de negócios seguro e confiável. A certificação reforça a confiança de que seus dados são tratados com a máxima segurança da informação, em conformidade com os padrões internacionais. Também oferece proteção para informações sensíveis, como dados financeiros, listas de dados de clientes e fornecedores e segredos industriais, reforçando a confiança em nossos serviços. Empresa Certificada B Corp (Não auditado): A Companhia foi a primeira AgTech da América Latina certificada como B Corp, que visa ressignificar a definição de sucesso das empresas, identificando aquelas que correspondem aos mais altos padrões de transparência, responsabilidade e desempenho socioambiental. Great Place to Work (Não auditado): O Great Place to Work (GPTW) certifica e reconhece as melhores organizações a partir da experiência dos seus colaboradores, reconhecendo-a como um bom lugar para se trabalhar. Riscos do conflito Rússia x Ucrânia: Governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia, mantêm sanções a certos setores industriais e partidos na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como quaisquer respostas dadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar indiretamente o nosso negócio. Na presente data destas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a Administração monitora continuamente os desdobramentos da situação para avaliar quaisquer impactos futuros, resultantes da crise em andamento. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. b) Consolidação: A Companhia consolida a entidade sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A AT Soluções Digitais Ads Ltda. (“Controlada”) foi adquirida em 3 de maio de 2021, e a Companhia obteve o controle a partir de 1 de julho de 2021, sendo a participação da Companhia no capital da Controlada de 99,9% em 2022 e de 100% em 2023. Detalhes vide nota explicativa 3.13. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração no dia 31 de março de 2025. c) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que será recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. d) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. e) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisitas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As regras envolvendo a capitalização de ativos e passivos intangíveis levam em consideração o custo para desenvolvimento e evolução de soluções tecnológicas, embasadas em regras e critérios de apontamentos de horas, que são valorizadas para os projetos elegíveis à capital														

... continua>

Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.

b) Transações	Controladora		Consolidado		c) Remuneração dos Administradores						Quantidade de ações preferenciais - classe A		2024		2023			
	2024	2023	2024	2023	Controladora	2024	2023	Consolidado	Controladora	2024	2023	KPTL Agro V Fundo de Investimento em participações multiestratégia	192.343	192.343	2024	2023		
	Cientes – Intercompany	–	503	–	–	Pró-labore e benefícios assistencias	3.037	2.247	3.037	2.247	Fátima da Silva Marques	18.751	18.751	(15.605)	(13.219)	(15.605)	(13.219)	
Em 2023, houve a prestação de serviço Intercompany de suporte de dados, nuvem e processamento, prestados pela Controladora para a At Digital, integralmente liquidados financeiramente em 2024.																		
9. Imobilizado – a) Composição e movimentação do ativo imobilizado:	Tx Deprec. Anual (%)		2022 Adições Baixas Transferências		2023 Adições Baixas Transferências		2024		Quantidade de ações preferenciais - classe B		2024		2023		Quantidade de ações preferenciais - classe A			
Custo																		
Instalações	10	133	–	(21)	–	112	62	(1)	–	173	Paulo Eric Haegler	7.563	7.563	Gastos com pessoal	(15.605)	(13.219)	(15.605)	(13.219)
Equip. de informática	20	2.392	16	(300)	45	2.153	100	(157)	124	2.219	Fundos de Investimento em Participações	574.809	574.809	Amortização de softwares	(5.910)	(5.910)	(4.027)	(4.027)
Móveis e utensílios	10	215	150	(3)	–	362	141	(2)	4	505	Assessoria geo/data	(2.175)	(1.024)	Licença de uso de Softwares	(2.175)	(1.024)	(2.175)	(1.024)
Máq. e equipamentos	10	29	9	–	–	38	2	–	–	40	Assessoria de desenvolvimento tecnológico	(395)	(408)	Otros	(395)	(408)	(395)	(408)
Ferramentas e aparelhos	10	21	–	–	–	20	–	–	–	20	Créditos tomados na aquisição de serviços	(292)	(357)	Total custo dos serviços prestados	(292)	(357)	(28)	(28)
Benefitarias em imóveis	33	–	52	–	89	141	–	–	–	141	Pedro Paulo Elejalde de Campos	14.063	14.063	Controladora	14.063	14.063	14.063	14.063
Imobilizado em andamento	–	–	307	–	(135)	172	79	(15)	(128)	107	Oliver Marie Louis Elie Murguet	28.126	28.126	Consolidado	28.126	28.126	28.126	28.126
Total Custo	2.790	534	(324)	–	3.001	384	(175)	–	3.206	Total	267.346	267.346	Gastos com pessoal	(15.605)	(13.219)	(15.605)	(13.219)	
Depreciação																		
Instalações	10	(78)	(10)	9	–	(79)	(9)	1	–	(87)	Paulo Eric Haegler	7.563	7.563	Amortização de softwares	(5.910)	(5.910)	(4.027)	(4.027)
Equip. de informática	20	(933)	(402)	298	–	(1.038)	(390)	131	–	(1.297)	Fundos de Investimento em Participações	52.805	52.805	Licença de uso de Softwares	(2.175)	(1.024)	(2.175)	(1.024)
Móveis e utensílios	10	(144)	(25)	1	–	(168)	(33)	2	–	(199)	Assessoria geo/data	(395)	(408)	Otros	(395)	(408)	(395)	(408)
Máq. e equipamentos	10	(10)	(3)	–	–	(13)	(4)	–	–	(17)	Assessoria de desenvolvimento tecnológico	(292)	(357)	Total custo dos serviços prestados	(292)	(357)	(28)	(28)
Ferramentas e aparelhos	10	(18)	(1)	–	–	(19)	(1)	–	–	(20)	Pedro Paulo Elejalde de Campos	14.063	14.063	Controladora	14.063	14.063	14.063	14.063
Benefitarias em imóveis	33	–	(14)	–	–	(14)	(47)	–	–	(61)	Oliver Marie Louis Elie Murguet	28.126	28.126	Consolidado	28.126	28.126	28.126	28.126
Total Depreciação	(1.183)	(455)	308	–	(1.335)	(484)	134	–	(1.677)	Total	267.346	267.346	Gastos com pessoal	(15.605)	(13.219)	(15.605)	(13.219)	
Saldo Contábil	1.607	79	(16)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–		
10. Intangível – a) Composição e movimentação do ativo Intangível:																		
Custo	Tx Amort. Anual (%)		2022 Adições Baixas Transferências		2023 Adições Baixas Transferências		2024		Quantidade de ações preferenciais - classe B		2024		2023		Quantidade de ações preferenciais - classe A			
Software de uso de software	10	–	3.800	–	–	–	–	–	–	3.800	Paulo Eric Haegler	7.563	7.563	Gastos com pessoal	(15.605)	(13.219)	(15.605)	(13.219)
Softwares em desenvolvimento	–	–	12.837	9.886	–	–	(8.750)	–	13.973	–	Fundos de Investimento em Participações	574.809	574.809	Amortização de softwares	(5.910)	(5.910)	(4.027)	(4.027)
Marcas e patentes	10	–	39	3	–	–	–	–	42	–	Licença de uso de Softwares	(2.175)	(1.024)	Licença de uso de softwares	(2.175)	(1.024)	(2.175)	(1.024)
Softwares desenvolvidos	20	–	14.765	1.364	(765)	–	8.750	–	24.114	–	Assessoria geo/data	(395)	(408)	Otros	(395)	(408)	(395)	(408)
Total	31.441	11.253	(765)	–	–	–	–	–	41.929	Total	806.747	806.747	Gastos com pessoal	(15.605)	(13.219)	(15.605)	(13.219)	
Amortização											18.2. Reserva Legal: Do lucro líquido do exercício serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal, a qual não excederá o equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404, se existente, 50% (cinquenta por cento) será destinado para a distribuição de lucros.							
Software de uso de software	10	(2.321)	(309)	–	–	–	–	–	(2.630)	–	Agrótols destinará 50% (cinquenta por cento) dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido do exercício e das reservas de lucros, podendo deliberar pela distribuição de dividendos e pagamento de dividendos proporcionais à participação dos acionistas. A Agrótols levantará balanços semestrais e, a critério da Assembleia Geral poderá levantar balanços em períodos menores. A Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as limitações previstas em Lei. Os dividendos assim declarados constituirão anticIPAção de dividendo obrigatório. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve distribuição de dividendos devido aos prejuízos apresentados nesses exercícios.	(1.297)	–	–	–	–	–	
Marcas e patentes	10	(12)	(4)	–	–	–	–	–	(16)	–	18.3. Dividéndos: A Agrótols destinará 50% (cinquenta por cento) dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido do exercício e das reservas de lucros, podendo deliberar pela distribuição de dividendos e pagamento de dividendos proporcionais à participação dos acionistas. A Agrótols levantará balanços semestrais e, a critério da Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as limitações previstas em Lei. Os dividendos assim declarados constituirão anticIPAção de dividendo obrigatório. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve distribuição de dividendos devido aos prejuízos apresentados nesses exercícios.	(1.297)	–	–	–	–	–	
Softwares desenvolvidos	20	(5.287)	(3.714)	765	–	–	–	–	(8.236)	–	18.4. Opções de compra de ações: Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opcões de compra de ações, com a prorrogação de serem liquidados exclusivamente com as suas próprias ações. Todas as ações que foram as 263.369 ações emitidas na 1ª outorga foram destinadas a todos os acionistas da Companhia detentores de ações ordinárias e, portanto, de acordo com as práticas contábeis, a transação envolvendo empregado (ou outra parte) quanto detentor de instrumento patrimonial da entidade não constitui transação com pagamento baseado em ação. Os planos são mensurados pelo valor justo na data de cada outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utilizou o preço de negociação do último evento de aporte de capital realizado por novos sócios ("socios investidores"), os quais ocorreram próximo as datas das outorgas. O custo de transações liquidadas como títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com o término na data em que o acionista adquire o direito completo ao prêmio. A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete o número de títulos patrimoniais que foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa na demonstração do resultado do exercício foi registrada em "despesas gerais e administrativas". Durante o ano de 2022 foram outorgadas 16.010 ações ordinárias e o total de ações outorgadas até 31 de dezembro de 2022 era 360.545 ações ordinárias, incluindo a 1ª outorga de ações descrita no parágrafo anterior. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou os efeitos das outorgas de ações subsequentes, considerando o efeito prô-rata das outorgas até a data de exercício. Durante o ano de 2023 foram outorgadas 600 ações ordinárias e o total de ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023 era 361.145 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou os efeitos das outorgas de ações subsequentes, considerando o efeito prô-rata das outorgas até a data de exercício. A despesa total registrada no resultado do exercício em contrapartida a reserva no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 8.713 e em 2023, R\$ 7.520.	(1.297)	–	–	–	–	–	
Total	23.821	7.226	–	–	–	–	–	–	31.047	2.165	–	–	–	–	–	–	–	
Software em desenvolvimento: refere-se a valores investidos em desenvolvimento de softwares proprietários, sejam com interface com usuários finais ou componentes de soluções tecnológicas que agreguem valor em um ou mais produtos de acordo com o objetivo. A seguir a relação de alguns dos principais softwares e funcionalidades que estão em desenvolvimento: • Nova plataforma TERRAMATRIX: nova base de navegação e pesquisa espacial que visa trazer diversos benefícios adicionais à plataforma atual, entre eles, melhora de funcionalidades, visualização de mapas, usabilidade com foco em aumento da satisfação dos clientes e performance, com previsão de lançamento em 2025, e substituição da plataforma atual gradativamente. • Platforma At Market: plataforma para canal de vendas digital em desenvolvimento (marketplace). • Produto Carbono: solução para atendimento de demandas relacionadas a Carbono para diversos players do agronegócio. • GEOID: evolução dos desenvolvimentos em inteligência territorial, com ferramentas para elevação do nível de classificação geoespacial de territórios para clientes estratégicos. • CROP: Componente de software para visão de indicadores de múltiplas culturas produtivas, incluindo acuracidade e repertório de dados. • Novo motor de análise socioambiental: desenvolvimentos que objetivam aumentar o poder de processamento de dados com resultado em melhoria de performance e custo de atendimento. Sofwares Desenvolvidos: referem-se a softwares que já estão sendo utilizados como componentes de soluções existentes ou produtos de Software com interface com usuários. Por se tratar de produtos tecnológicos, estão sempre em evolução, por isso a necessidade de investimentos constantes em melhorias e novas funções. Nesse sentido, mesmo após o software já possuir versão inicial e funcional, são mantidos em constante evolução os softwares que agregam em soluções ou entregas, com o intuito de manter-se como referência tecnológica em sua respectiva área de atuação. Abaixo a relação de alguns softwares desenvolvidos pela Companhia: • Terramatrix: Plataforma base de navegação e pesquisa espacial atualmente utilizada pelos clientes. • GEOID e TerraBusiness: Softwares de inteligência territorial, com ferramentas para elevação do nível de classificação geoespacial de territórios. • TerraSafe: ferramentas para análise de territórios de acordo com critérios socioambientais desejados, parametrizável. • TerraWise: Componente de software capaz de realizar intermediação de consultas com base no modelo Geoid, dados de critérios e camadas em geral. Responsável por encapsular diferentes regras de negócios e manter o ambiente seguro quanto ao acesso das consultas dinâmicas. • At Valuation: Software relacionado ao processamento automatizado de valoração remota de terras. • Data Lake: software para uso de análise socioambiental que incorpora todas as bases de dados estratégicos utilizados pela Companhia. Direito de uso de Software: Em 2022 a Companhia adquiriu uma plataforma chamada S4Go com objetivo de incorporar as soluções desenvolvidas pelo desenvolvedor no seu Portfólio de soluções tecnológicas.																		
11. Financiamentos	Controladora		Consolidado		2024		2023		2024		2023		2024		2023		2024	
Banco DLL (a)	2	–	2	–	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023						

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicacao/legal



... continuação

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento das obrigações, Avaliação de crédito, Relacionamento com instituições	Diversificação das instituições financeiras, Monitoramento dos limites de crédito/ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de exposição cambial	Caixa e recebíveis em dólar	Fluxo de caixa em dólar	Instrumentos de proteção

Lucas Carvalho Tuffi Isak – Administrador

Luciano Rocha Saporito – Diretor Financeiro

Hogim Athie Gebara – Contador CRC/SP nº 1SP 149.730/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. e da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos

de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico

CPC PME – "Contabilidade para: Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, teriam sido identificadas durante nossos trabalhos.



São José dos Campos, 31 de março de 2025.
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.656/F-9
José Nestor Gava Filho
Contador CRC 1SP 248.379/0-7.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Brasceras S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 04.535.453/0001-73

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)										Demonstração dos Resultados						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Circulante						Fornecedores	10	6.192	2.103	6.192	2.103	Receita líquida	16	309.864	309.739	
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.305	49.303	24.343	49.669	Empréstimos e financiamentos	11	5.172	11.524	5.172	11.524	(-) Custo dos produtos vendidos	17	(281.409)	(261.571)	
Contas a receber de clientes	5	47.086	42.117	46.722	41.758	Impostos a recolher	613	1.225	613	1.225	Despesas operacionais, líquidas	28.455	48.168	28.497	48.168	
Estoques	7	44.708	35.076	44.708	35.076	Salários e encargos a pagar	2.058	1.846	2.058	1.846	Despesas comerciais	18	(15.464)	(13.772)		
Impostos a recuperar	6	6.716	2.993	6.716	2.993	Adiantamento de clientes	19	494	19	494	Despesas administrativas	19	(18.138)	(19.584)		
Despesas antecipadas		651	559	645	559	Parcelamentos de impostos	439	594	439	594	Outras receitas líquidas das despesas	20	25.043	30.217		
Outros créditos		317	277	343	1.006	Outros passivos	252	305	242	320	Resultado de equivalência patrimonial	(69)	(50)	25.043	30.217	
Total do ativo circulante		123.783	130.325	123.477	131.061	Total do passivo circulante	14.745	18.091	14.735	18.106	Resultado financeiro	19.827	44.979	19.800	44.982	
Não circulante						Empéstitos e financiamentos	11	8.907	10.957	8.907	10.957	Receitas financeiras	21	8.299	8.616	
Partes relacionadas	13	10.206	11.009	9.512	9.255	Provisão para passivo a descoberto em controladas	9	1.044	1.033	—	—	Despesas financeiras	21	(9.297)	(11.598)	
Depósitos judiciais		1.220	1.300	1.220	1.300	Parcelamentos de impostos	438	882	449	882	Lucro bruto	18.829	41.997	18.810	41.991	
Impostos a recuperar	6	2.228	1.688	2.228	1.688	Provisão para contingências	12	20	20	20	Corrente	14	—	(3.742)		
Impostos diferidos	14	3.293	834	3.293	834	Outros passivos	3	237	4	237	Diferido	14	2.459	418		
Outros créditos		3	4	33	9	Total do passivo não circulante	10.412	13.810	9.380	12.777	Lucro líquido do exercício	21.288	38.673	21.288	38.673	
Imobilizado	8	18.906	15.740	18.919	15.740	Patrimônio líquido	134.675	129.071	134.675	129.071	Lucro por ação:	0,66	1,19	0,66	1,19	
Investimentos;	9	77	10	5	5	Total do patrimônio líquido	159.832	160.972	158.790	159.954	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					
Intangível	8	116	62	103	62	Total do passivo e patrimônio líquido	159.832	160.972	158.790	159.954						
Total do ativo		159.832	160.972	158.790	159.954											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.																
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)																
		Reserva de capital	Reserva de lucros			Patrimônio líquido		Participação de minoritários		Total		Controladora	2024	2023	Controladora	2024
		Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Resultados acumulados	CTA						Controladora	2024	2023	Controladora	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2022		32.449	72.589	6.490	(5.586)	—	105.942	(464)	105.478	—	Lucro líquido do exercício	21.288	38.673	21.288	38.673	
Resultado do exercício			28.897		(28.897)		38.672		38.672		Ajuste de conversão	(1)	(144)	(1)	(144)	
Constituição de reserva			(2.800)		(12.599)		—		—		Resultado abrangente do exercício	21.287	38.529	21.287	38.529	
Dividendos			(8.410)		8.410		(15.399)		(15.399)		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					
Outros impactos																
Variação cambial de conversão de operações no exterior																
Baixa de investimento																
Saldos em 31 de dezembro de 2023		32.449	90.276	6.490	(144)	—	129.071	—	129.071	—	Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto					
Resultado do exercício			21.288		21.288		21.288		21.288		Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
Constituição de reserva			(26.106)		(26.106)		—		—		Controladora	2024	2023	Controladora	2024	
Dividendos (Nota 15.d)			(15.683)		(15.683)		—		—		2024	2023	2024	2023		
Outros impactos			(4.818)		4.818		(15.683)		(15.683)		Fluxo de caixa das atividades operacionais	21.288	38.673	21.288	38.673	
Variação cambial de conversão de operações no exterior											Lucro líquido do exercício	21.288	38.673	21.288	38.673	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		32.449	95.881	6.490	(145)	—	134.675	—	134.675	—	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.																
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																
1. Informações gerais – 1.1. Contexto operacional: A Brasceras é uma sociedade com sede na Avenida Copacabana, 238, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social: • Comércio de parafinas; • Embalamento de parafinas; • Comércio de produtos químicos em geral; • Fabricação de produtos químicos próprios; • Fabricação e comercialização de emulsões de parafina; • Importação e exportação; • Transporte rodoviário de cargas, em veículos próprios ou de terceiros. Além disso, a Companhia possui participação societária na Cibravelas Indústria de Velas Ltda. ("Cibravelas"), com instalações industriais na cidade de Madre de Deus e Brasceras Espanha, ambas operando na mesma linha de negócios da Companhia. 1.2. Aprovação das demonstrações financeiras: As emissões dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 04 de abril de 2025. 1.3. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de outros ativos e passivos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. 1.4. Resumo das práticas contábeis – 2.2. Bases de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da entidade controlada pela Companhia (sua controlada) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e; • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle da Companhia perde o controle sobre a controlada. Todas as transações, saldos, receitas																

... continuação

Brasceras S/A Indústria e Comércio									
As parcelas registradas no não circulante possuem os seguintes vencimentos:									
2025 5.550									
2026 4.851									
2027 3.678									
Total 14.079									
17. Custo dos produtos vendidos									
Controladora		Consolidado		2024		2023		2024	
Produtos vendidos		264.066		247.295		264.909		247.295	
Indiretos de fabricação		6.558		6.638		6.558		6.638	
Custo com pessoal		9.030		5.835		9.030		5.835	
Depreciação		1.755		1.803		1.755		1.803	
Total 281.409		261.571		282.252		261.571			
18. Despesas comerciais									
Controladora		Consolidado		2024		2023		2024	
Frete		(14.118)		(12.352)		(14.118)		(12.352)	
Comunicação comercial		(455)		(1.166)		(455)			
Outras despesas		(891)		(254)		(891)		(1.420)	
Total (15.464)		(13.772)		(15.464)		(13.772)			
19. Despesas administrativas									
Controladora		Consolidado		2024		2023		2024	
Pessoal		(10.266)		(9.744)		(10.266)		(9.744)	
Custo fixo não alocado		(1.573)		(3.372)		(1.573)		(3.372)	
Assessoria e consultoria		(2.409)		(3.418)		(2.409)		(3.418)	
Depreciação e amortização		(818)		(780)		(818)		(780)	
Serviço de suporte técnico		(549)		(416)		(549)		(416)	
Energia elétrica		(122)		(136)		(122)		(136)	
Manutenção de sistemas		(416)		(305)		(416)		(305)	
Manutenção predial		(366)		(369)		(366)		(369)	
Assinaturas de jornais e revistas		(196)		(144)		(196)		(144)	
Outras despesas e receitas		(1.423)		(900)		(1.561)		(931)	
Total (18.138)		(19.584)		(18.276)		(19.615)			
20. Outras receitas líquidas das despesas									
Controladora		Consolidado		2024		2023		2024	
Incentivo fiscal ICMS – Lei 6.979		26.106		28.897		26.106		28.897	
IPTU		(287)		(87)		(287)		(87)	
Taxas diversas		(124)		(141)		(124)		(141)	
Outras receitas		107		2.176		107		2.176	
Outras despesas		(759)		(628)		(759)		(644)	
Total 25.043		30.217		25.043		30.201			
21. Resultado financeiro									
Controladora		Consolidado		2024		2023		2024	
Variações cambiais ativa		6.067		5.527		6.067		5.527	
Juros ativos		292		432		292		432	
Rendimento de aplicação financeira		1.823		2.532		1.823		2.532	
Outras		117		125		140		123	
Total receitas financeiras 8.299		8.616		8.322		8.614			
Variação cambial passiva		(5.578)		(5.847)		(5.578)		(5.847)	
Juros sobre empréstimos bancários		(2.301)		(2.176)		(2.301)		(2.176)	
Encargos antecipação receíveis		(664)		(842)		(664)		(842)	
Juros passivos		(63)		(117)		(63)		(117)	
Outras		(691)		(2.616)		(706)		(2.623)	
Total despesas financeiras (9.297)		(11.598)		(9.312)		(11.605)			
22. Instrumentos financeiros									
– A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco									

... continuação

de transações de mútuos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados destas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

Brasceras S/A Indústria e Comércio

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de seu negócio da Companhia e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 4 de abril de 2025.
Mazars Auditores Independentes – CRC 2SP 023.701/O-8
Danhiel Augusto Reis – Contador CRC 1SP 254.522/O-0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



DM Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 37.555.231/0001-71

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota Explanativa	31/12/2024	31/12/2023	Nota Explanativa	Capital Social	Prejuizos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Circulante		504	269	8.a)	1.785	(553)	1.232
Caixa e equivalentes de caixa		7	51	8.a)	(300)	—	(300)
Disponibilidades	3	—	51	8.a)	600	—	600
Títulos e valores mobiliários	3	7	51	Prejuízo líquido do exercício	—	(461)	(461)
Instrumentos financeiros		418	168	Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.085	(1.014)	1.071
Títulos e valores mobiliários	4.i	417	163	Aumento de capital	8.a)	650	650
Operações de crédito	4.ii	1	5	Prejuízo líquido do exercício	—	(470)	(470)
Outros créditos		79	50	Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.735	(1.484)	1.251
Impostos e contribuições a compensar e a recuperar	5	79	50	Saldo em 30 de junho de 2024	2.385	(1.303)	1.082
Não Circulante		757	816	Aumento de capital	8.a)	350	350
Instrumentos financeiros		757	816	Prejuízo líquido do semestre	—	(181)	(181)
Títulos e valores mobiliários	4.i	757	816	Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.735	(1.484)	1.251
Total do ativo		1.261	1.085	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Passivo e patrimônio líquido		31/12/2024	31/12/2023	Demonstrações dos Resultados - Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ações)			
Circulante		10	14	Nota 2º Semestre	Exercício		
Outras Obrigações		10	14	2024	2024	2023	
Fornecedores	6	9	13	Receitas de intermediação financeira	51	108	117
Fiscais e previdenciárias	6	1	1	Operações de crédito	9	1	3
Patrimônio líquido		1.251	1.071	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9	50	105
Capital social	8.a)	2.735	2.085	51	108	117	
Prejuízos acumulados	(1.484)	(1.014)		Despesas administrativas	(232)	(578)	(578)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.261	1.085	Despesas tributárias	10	(238)	(569)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Provisão	10	(16)	—
Notas Explanatórias às Demonstrações Financeiras Individuais				Resultado líquido ajustado	(197)	(470)	(461)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)				Ajustes por:			
1. Contexto Operacional – A DM Sociedade de Crédito Direto S.A. (anteriormente DMCARD) Sociedade de Crédito Direto S.A. – “Companhia”, com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870, foi constituída em agosto de 2019, tendo por objeto, operações de empréstimo, de financiamento de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; emissão de moeda eletrônica e gestão de contas pagamentos pré-pagamento; prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras; e atuação como representante de seguros, relacionados aos empréstimos. A autorização para operação da Sociedade de Crédito Direto foi concedida pelo Banco Central em fevereiro de 2020 e a liberação do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e registro junto a JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo ocorreu no dia 29 de junho de 2020. Em 24 de novembro de 2023 foi realizada AGE para a deliberação do aumento do capital na DMCore Holding Financeira S.A. por meio de contribuição de ações da Companhia pela DMCard Participações LTDA. Após a movimentação a DMCore Holding Financeira S.A. passou a ser a controladora direta da Companhia em decorrência da reorganização societária do Grupo DM, conforme nota explicativa 8. 2. Políticas e Práticas Contábeis – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras. 2.1. Declaração de conformidade, base de elaboração e aprovação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e normas internacionais de contabilidade (IFRS) se adotados e homologados pelo BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COAF). A Companhia adotou o disposto na Resolução CMN nº 4.818/20 complementada pela Resolução BCB nº 02/20. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025. 2.2. Normas, alterações e interpretações aplicáveis em períodos futuros: Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com vigência estimada a partir de 1º de janeiro de 2025. A regulamentação segue alinhamento contábil com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos. Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 – As normas se complementam e seguem um processo de alinhamento contábil com as práticas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e apresentam detalhamentos sobre conceitos e critérios contábeis das relações de proteção (hedgel), com vigência estimada a partir de 1º de janeiro de 2025. O Impacto bruto da mudança de prática contábil a partir de 1º de janeiro de 2025 foi de apenas R\$ 12.54 (doze reais e cinquenta e quatro centavos) no patrimônio líquido da instituição. A Companhia está trabalhando para assegurar a implementação de aderência às regulamentações. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. 2.4.1. Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pelo transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Conforme item 2.4.3, ii, os instrumentos financeiros são categorizados em três níveis de hierarquia. Para instrumentos classificados como Nível 1, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos a extensão das referências de mercado disponíveis ou modelagem necessária em processos com terceiros. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar no reconhecimento de uma receita ou despesa registrada para uma determinada posição. 2.4.2. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito reporta a utilização de um modelo quantitativo e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito. Tais modelos, exigem estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais. Ao aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão para as perdas prováveis na realização dos créditos, a Companhia observa: - Os critérios para classificação das operações de crédito; - Os modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração das perdas de crédito; - O agrupamento de operações de créditos semelhantes; e - O nível ou percentual de provisão de acordo com a classificação da operação. 2.4.3. Passivos contingentes: As provisões são revisadas regularmente, e constituiadas, sempre que a perda é avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. 2.5. Principais práticas e políticas contábeis materiais: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as principais práticas e políticas materiais, conforme segue: 2.5.1. Disponibilidades: São representados por numerários em espécie e depósitos bancários de livre movimentação, em moeda nacional ou estrangeira com finalidade de atender compromissos imediatos de caixa. 2.5.2. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades conforme 2.5.1 e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo ou para assegurar ao usuário final, a possibilidade do resgate total, a qualquer tempo, dos saldos existentes em contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica. Conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa item 7, adotado pelo BACEN, entende-se como equivalente de caixa aplicações financeiras de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias (três meses) a contar da data da aquisição. 2.5.3. Instrumentos financeiros: i. Ativos e passivos financeiros: São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. b) Operações de crédito: São direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. c) Operações de crédito: São direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. d) Operações de crédito: São direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. e) Operações de crédito: São direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. f) Operações de crédito: São direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. g) Operações de crédito: São direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. h) Operações de crédito: São direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos							

DMCard Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 36.238.874/0001-29

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota Explicativa 31/12/2024 31/12/2023

Ativo Circulante 84.920 137.609

Caixa e equivalentes a caixa 3 3.787 65

Disponibilidades – 25

Aplicações interfinanceiras de liquidez 3.786 40

Títulos e valores mobiliários 1 –

Ativos vinculados 4.1 81.017 137.298

Caixa Restrito 4.1 a) 5.808 10.592

Direitos creditórios 4.1 b) 75.209 126.706

Outros ativos 116 246

Contas a receber – 166

Impostos a Recuperar 38 2

Despesas antecipadas 78 78

Não Circulante 73 160

Outros ativos 73 160

Despesas antecipadas 72 150

Ativo fiscal diferido 11.1 1 10

Total do ativo 84.993 137.769

Nota Explicativa 31/12/2024 31/12/2023

Passivo Circulante 44.355 48.633

Recursos de Debêntures 40.877 48.628

Obrigações por emissão de Debêntures 4.3 40.877 48.628

Outras obrigações 3.478 5

Adiantamento de receíveis 4.2 3.451 –

Fornecedores 1 –

Impostos a recolher 3 5

Obrigações societárias 23 –

Não Circulante 40.142 88.699

Outras obrigações 2 29

Provisões 2 29

Recursos de Debêntures 40.140 88.670

Obrigações por emissão de Debêntures 4.3 40.140 88.670

Patrimônio líquido 7 496 437

Capital social 100 100

Reserva legal 18 14

Reserva especial 78 78

Reserva de lucros 300 245

Total do passivo e do patrimônio líquido 84.993 137.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício fino em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma for mencionado)

1. Contexto Operacional – A DMCard Securitizadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2019 por meio da assembleia geral de constituição, realizada naquela data e cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 04 de fevereiro de 2020, sob o nº 3530054871-0, e tem como principais atividades a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de títulos e valores mobiliários lastreados em tais ativos, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, realizados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis, a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia declara que manterá uma única emissão em circulação, podendo efetuar nova emissão de títulos de securitização somente após liquidada a emissão anterior, de acordo com o disposto no Art. 40, § 2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. Marco legal da securitização: Em 4 de agosto de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.430 que cria um conceito único de securitização. De acordo com o art. 18, parágrafo único – é considerada operação de securitização a aquisição de títulos e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação à Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico ("SPE"), que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instr

... continua>

em 31 de agosto de 2021 no valor de R\$ 0. - Termo de cessão nº 006/2022 emitido em 13 de janeiro de 2022 no valor de R\$ 0. - Termo de cessão nº 007/2022 emitido em 15 de fevereiro de 2022 no valor de R\$ 19.895. - Termo de cessão nº 008/2022 emitido em 05 de maio de 2022 no valor de R\$ 15.163. - Termo de cessão nº 009/2023 emitido em 08 de setembro de 2023 no valor de R\$ 6.905. - Termo de cessão nº 010/2023 emitido em 22 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 5.894. - Termo de cessão nº 011/2024 emitido em 27 de março de 2024 no valor de R\$ 0. - Termo de cessão nº 012/2024 emitido em 05 de abril de 2024 no valor de R\$ 3.980. - Termo de cessão nº 013/2024 emitido em 03 de maio de 2024 no valor de R\$ 5.179. - Termo de cessão nº 014/2024 emitido em 23 de maio de 2024 no valor de R\$ 2.802. - Termo de cessão nº 015/2024 emitido em 11 de junho de 2024 no valor de R\$ 951. - Termo de cessão nº 016/2024 emitido em 18 de junho de 2024 no valor de R\$ 801. - Termo de cessão nº 017/2024 emitido em 24 de junho de 2024 no valor de R\$ 424. - Termo de cessão nº 018/2024 emitido em 28 de junho de 2024 no valor de R\$ 348. - Termo de cessão nº 019/2024 emitido em 11 de setembro de 2024 no valor de R\$ 3.634. - Termo de cessão nº 020/2024 emitido em 24 de setembro de 2024 no valor de R\$ 978.																																																																																																																																					
b) Remuneração das debêntures: A remuneração das Debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescida de uma sobretaxa de 5,5% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures. O pagamento do Principal acrescido de juros remuneratórios ocorre mensalmente, nas datas de vencimento, conforme cronograma de pagamentos constante do Anexo A da ata de assembleia geral de debenturistas realizada em 11 de novembro de 2022. c) Movimentação das Debêntures: As mutações com obrigações por emissão de Debêntures estão apresentadas abaixo:																																																																																																																																					
Saldo em 31 de dezembro de 2022 138.181 Juros provisionados sobre Debêntures 23.384 Juros pagos sobre Debêntures (24.267) Saldo em 31 de dezembro de 2023 137.298 Pagamento de principal Debêntures (1) (52.140) Juros provisionados sobre Debêntures 15.969 Juros pagos sobre Debêntures (20.110) Saldo em 31 de dezembro de 2024 81.017 (1) Houve antecipação de pagamento de principal para dois (2) debenturistas no montante de R\$ 11.676 no 1º trimestre de 2024.																																																																																																																																					
5. Passivos Contingentes – A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal das operações de carteiras cedidas. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, em 2024 a companhia possui: (i) Processos com probabilidade de perdas prováveis de naturezas cíveis, totalizando o valor de R\$ 2 (em 31.12.2023 R\$ 29); (ii) Processos com probabilidade de perdas possíveis de naturezas cíveis, totalizando o valor de R\$ 36 (em 31.12.2023 R\$ 75). A Companhia não apresenta resultados judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A Companhia não possui processos de natureza trabalhista ou fiscal. 6. Transações com Partes Relacionadas – Por meio do Instrumento Particular de 1º Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditorios e Outras Avencas, especificamente ao item 1.2, firmado em 16 de outubro de 2020, a Companhia celebrou o acordo com a DM Instituição de Pagamento S.A. quanto a "arcar com todos os custos e despesas relativos à emissão, incluindo, sem limitação, a remuneração de todos os prestadores de serviços contratados pela Cessionária no âmbito da emissão, bem como os custos e despesas relativos ao registro do presente Contrato de Cessão e seus aditamentos perante os cartórios de registros de títulos e documentos competentes e quaisquer outros custos e/ou despesas relativos ao presente Contrato, à Escritura de Emissão e/ou a quaisquer outros contratos correlatos sendo certo que deverá reembolsar a Cessionária por quaisquer desses custos e/ou despesas que venham a ser pagos diretamente pela Cessionária". A cobrança é realizada por meio da emissão de nota de débito e são compensados com o adiantamento de recebíveis de modo a apresentar os valores não repassados pelo valor líquido. Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativos a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente do repasse das despesas com captação e remuneração de debêntures e outras despesas operacionais da Companhia estão assim demonstrados:																																																																																																																																					
DM Cartões PL S.A. NE 31/12/2024 31/12/2023 Contas a receber - 166 Reembolso de custos e despesas - 166 Contas a pagar 3.451 Adiantamento de recebíveis 4.2 3.451 DM Instituição de Pagamento S.A. De 01/01/2024 a 31/12/2024 DM Cartões PL S.A. NE a 31/12/2024 a 31/12/2023 Receita operacional líquida 8 308 1.634 Receita de juros com Debêntures 10 15.969 23.384 Outros custos e despesas operacionais 1.306 814 7. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 100 representado por 100.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas e distribuídas conforme abaixo:																																																																																																																																					
Composição <table border="1"><thead><tr><th></th><th>% de Parte cipação</th><th>Qtd de Ações</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>Acionista</td><td>99,00%</td><td>99.000</td><td>99</td></tr><tr><td>DM Instituição de Pagamento S.A.</td><td>1.000</td><td>1.000</td><td>1</td></tr><tr><td>DMCard Proc. de Dados e Central de Atendimento Ltda.</td><td>100,00%</td><td>100.000</td><td>100</td></tr></tbody></table>		% de Parte cipação	Qtd de Ações	Valor	Acionista	99,00%	99.000	99	DM Instituição de Pagamento S.A.	1.000	1.000	1	DMCard Proc. de Dados e Central de Atendimento Ltda.	100,00%	100.000	100																																																																																																																					
	% de Parte cipação	Qtd de Ações	Valor																																																																																																																																		
Acionista	99,00%	99.000	99																																																																																																																																		
DM Instituição de Pagamento S.A.	1.000	1.000	1																																																																																																																																		
DMCard Proc. de Dados e Central de Atendimento Ltda.	100,00%	100.000	100																																																																																																																																		
b) Reserva de lucros – Legal: A reserva legal é constituida obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado, ou a 30% acrescido das reservas de capital nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O Saldo de reserva legal é de R\$ 18 (em 31.12.2023 R\$ 14). c) Dividendos e juros sobre capital próprio: O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício. O saldo apurado de dividendo mínimo obrigatório no exercício foi de R\$ 23, com prazo de pagamento estimado para ocorrer até 31 de dezembro de 2025. d) Reserva de lucros – Especial: A reserva especial é constituída quando a administração optar por reter os lucros nos termos da Lei nº 6.404/76 art. 202. O saldo de reserva especial é de R\$ 78 (em 31.12.2023 R\$ 78). 8. Receita Operacional Líquida – A receita operacional líquida é composta pela receita com estrutura de debêntures, conforme segue:																																																																																																																																					
31/12/2024 31/12/2023 Receita operacional líquida 308 1.634 Total 308 1.634 9. Receitas (despesas) Operacionais 31/12/2024 31/12/2023 Provisões 27 (29) Total 27 (29) 10. Resultado Financeiro – A composição do resultado financeiro está representada abaixo:																																																																																																																																					
31/12/2024 31/12/2023 Receitas financeiras: Receita de juros com Debêntures 15.969 23.384 Rendimentos de aplicações financeiras 101 310 Outras receitas financeiras - 2 PIS e Cofins (5) (15) Total 16.065 23.681 Despesas financeiras: Juros e encargos com Debêntures (16.277) (23.695) Tarifas bancárias - (1.323) Outras despesas financeiras (11) (6) Total (16.288) (25.024) Resultado financeiro líquido (223) (1.343)																																																																																																																																					
11. Imposto de Renda e Contribuição Social – A Companhia utiliza o regime de tributação pelo lucro real e procede ao pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social na existência de lucro. O cálculo dos impostos está assim representado:																																																																																																																																					
31/12/2024 31/12/2023 IRPJ CSLL IRPJ CSLL Resultado contábil antes da tributação sobre o lucro 112 112 262 262 Adições de despesas indeterminadas/ (Exclusões) receitas não tributáveis/ (=) Lucro Real (prejuízo contábil) apurado (27) (27) 29 29 85 85 291 291																																																																																																																																					
Tharik Camocardi de Moura CFO e Relação com Investidores																																																																																																																																					
Carolina Camacho de Paula Contadora CRC 1SP 317.067/0-7																																																																																																																																					
Bruno Pasce Piva Controlador CRC 1SP 267.093/0-2																																																																																																																																					
Aos Acionistas e Administradores da DMCard Securitizadora S.A. – São José dos Campos-SP																																																																																																																																					
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da DMCard Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DMCard Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento.																																																																																																																																					
com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de																																																																																																																																					
política de gestão de riscos da Companhia foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a empresa está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. 12. Gestão de risco de liquidez: É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema. O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:																																																																																																																																					
<table border="1"><thead><tr><th></th><th>Nota Explicativa</th><th>Saldo em 31/12/2024</th><th>Sem Vencimento</th><th>Até 90 dias</th><th>De 91 a 365 dias</th><th>Acima de 365 dias</th></tr></thead><tbody><tr><td>Ativos Financeiros:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>3</td><td>3.787</td><td>3.787</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Ativos vinculados</td><td>4.1</td><td>81.017</td><td>5.808</td><td>75.209</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Contas a receber</td><td></td><td>84.804</td><td>9.595</td><td>75.209</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Passivos Financeiros:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Obrigações por emissão de Debêntures</td><td>4.3</td><td>81.017</td><td>-</td><td>10.702</td><td>30.175</td><td>40.140</td></tr><tr><td>Adiantamento de recebíveis</td><td></td><td>3.451</td><td>-</td><td>3.451</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Fornecedores</td><td></td><td>1</td><td>-</td><td>1</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Impostos a recolher</td><td></td><td>3</td><td>-</td><td>3</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>84.472</td><td>-</td><td>14.157</td><td>30.175</td><td>40.140</td></tr><tr><td>Ativos Financeiros:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>3</td><td>65</td><td>65</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Ativos vinculados</td><td>4.1</td><td>137.298</td><td>10.592</td><td>126.706</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Contas a receber</td><td></td><td>137.529</td><td>10.657</td><td>126.872</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Passivos Financeiros:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Obrigações por emissão de Debêntures</td><td>4.3</td><td>137.298</td><td>-</td><td>15.279</td><td>33.349</td><td>88.670</td></tr><tr><td>Impostos a recolher</td><td></td><td>5</td><td>-</td><td>5</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>137.303</td><td>-</td><td>15.284</td><td>33.349</td><td>88.670</td></tr></tbody></table>		Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2024	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Ativos Financeiros:							Caixa e equivalentes de caixa	3	3.787	3.787	-	-	-	Ativos vinculados	4.1	81.017	5.808	75.209	-	-	Contas a receber		84.804	9.595	75.209	-	-	Passivos Financeiros:							Obrigações por emissão de Debêntures	4.3	81.017	-	10.702	30.175	40.140	Adiantamento de recebíveis		3.451	-	3.451	-	-	Fornecedores		1	-	1	-	-	Impostos a recolher		3	-	3	-	-	Total		84.472	-	14.157	30.175	40.140	Ativos Financeiros:							Caixa e equivalentes de caixa	3	65	65	-	-	-	Ativos vinculados	4.1	137.298	10.592	126.706	-	-	Contas a receber		137.529	10.657	126.872	-	-	Passivos Financeiros:							Obrigações por emissão de Debêntures	4.3	137.298	-	15.279	33.349	88.670	Impostos a recolher		5	-	5	-	-	Total		137.303	-	15.284	33.349	88.670
	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2024	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias																																																																																																																															
Ativos Financeiros:																																																																																																																																					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.787	3.787	-	-	-																																																																																																																															
Ativos vinculados	4.1	81.017	5.808	75.209	-	-																																																																																																																															
Contas a receber		84.804	9.595	75.209	-	-																																																																																																																															
Passivos Financeiros:																																																																																																																																					
Obrigações por emissão de Debêntures	4.3	81.017	-	10.702	30.175	40.140																																																																																																																															
Adiantamento de recebíveis		3.451	-	3.451	-	-																																																																																																																															
Fornecedores		1	-	1	-	-																																																																																																																															
Impostos a recolher		3	-	3	-	-																																																																																																																															
Total		84.472	-	14.157	30.175	40.140																																																																																																																															
Ativos Financeiros:																																																																																																																																					
Caixa e equivalentes de caixa	3	65	65	-	-	-																																																																																																																															
Ativos vinculados	4.1	137.298	10.592	126.706	-	-																																																																																																																															
Contas a receber		137.529	10.657	126.872	-	-																																																																																																																															
Passivos Financeiros:																																																																																																																																					
Obrigações por emissão de Debêntures	4.3	137.298	-	15.279	33.349	88.670																																																																																																																															
Impostos a recolher		5	-	5	-	-																																																																																																																															
Total		137.303	-	15.284	33.349	88.670																																																																																																																															
cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades. 12.6. Controles internos: Os sistemas de controles internos devem ser continuos e efetivos, abrangendo as atividades de controle para todos os níveis de negócios e para todos os riscos aos quais a instituição está exposta e tem como finalidade atingir os objetivos de: ➤ Desempenho: relacionado à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas; ➤ Informação: relacionado à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão; e ➤ Conformidade: relacionado ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos. A Companhia dispõe de atividade de auditoria interna, realizada por empresa terceirizada, que realiza a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e dos processos de controles internos, e gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição. Atuam com independência, autonomia, imparcialidade, integridade e ética profissional. Os apontamentos identificados pela auditoria interna são tratados pela Companhia, buscando seguir as melhores práticas de mercado e manter controles adequados à estrutura da empresa.																																																																																																																																					
13. Eventos Subsequentes – Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.																																																																																																																																					
São Paulo, 31 de março de 2025																																																																																																																																					
KPMG Auditores Independentes Ltda. Contador																																																																																																																																					
Jonas Moreira Salles Contador																																																																																																																																					

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

 Contato: (11) 3361-8833

E-mail Orcamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
link no rodapé



Page 11 of 11 | Last updated: 01/01/2024 | Page 11 of 11 | Last updated: 01/01/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:



Sijobe Administração de Bens e Participações S.A.									
CNPJ nº 02.085.820/0001-59									
Demonstrações do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31.12.2024 e 2023 - (Em Reais)									
Ativo	31.12.2024	31.12.2023	Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido						
Balanço Patrimonial			Capital Social Integralizado	Reservas De Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados				
Circulante			Saldo em 31/12/2021	1.922.754,00	4.078.350,78	598.251,52			
Bancos Conta Movimento	1,00	1,00	Lucro Acumulado Exercícios Anteriores		598.251,52	(598.251,52)			
Aplicações Financeiras	78.386,93	2.227.486,01	Resultado do Exercício 2022	-	-	5.640.922,29			
Clientes	10.000.000,00	10.000.000,00	Dividendos Distribuídos 2022	-	-	(8.711.525,62)			
Adiantamento a Fornecedores	-	3.850,00	Saldo em 31/12/2022	1.922.754,00	4.676.602,30	(3.070.603,33)			
Estoque	23.979.769,72	20.302.970,96	Lucro Exercício Anterior		5.640.922,29	(5.640.922,29)			
Outros Créditos	1.787,50	1.886,78	Lucro Distribuído No Exercício Anterior		(8.711.525,62)	8.711.525,62			
Total do Ativo Circulante	34.059.945,15	32.536.194,75	Resultado Do Exercício	-	-	2.665.684,77			
Não-Circulante			Dividendos Distribuídos	-	-	(2.418.929,68)			
Imobilizado	1.465.760,14	1.465.760,14	Saldo em 31/12/2023	1.922.754,00	1.605.998,97	246.755,09			
Investimentos	510.100,00	626.344,50	Lucro Exercício Anterior		2.665.684,77	(2.665.684,77)			
Total do Ativo Não-Circulante	1.975.860,14	2.092.104,64	Lucro Distribuído no Exercício Anterior		(2.418.929,68)	2.418.929,68			
Total do Ativo	36.035.805,29	34.628.299,39	Resultado Do Exercício	-	-	2.743.386,71			
Passivo			Dividendos Distribuídos	-	-	(1.578.311,09)			
Circulante			Saldo em 31/12/2024	1.922.754,00	1.852.754,06	1.165.075,62			
Fornecedores	2.200,00	2.200,00	Demonstrações do resultado do Exercício						
Outras Contas A Pagar	72.792,31	572.275,59	31.12.2024	31.12.2023	Descrição	31.12.2024	31.12.2023		
Obrigações Trabalhistas	6.067,58	30.189,31	Receitas Brutas	3.726.970,59	5.895.100,25	Outras Receitas Operacionais	1.165.394,81	1.208.549,27	
Obrigações Tributárias	15.442,85	18.055,70	Deduções	(136.034,43)	(215.171,17)	= Lucro Operacional	3.169.033,61	3.170.004,78	
Tributos Fiscais Diferidos	667.000,00	667.000,00	= Receita Líquida	3.590.936,16	5.679.929,08	= Lucro Contábil Líquido Antes da Contribuição Social	3.169.033,61	3.170.004,78	
IRPJ e CSLL a Pagar	105.595,00	179.513,03	Custos	0,00	(2.541.797,35)	Contribuição Social	(119.024,18)	(146.731,77)	
Total do Passivo Circulante	869.097,74	1.469.233,63	= Lucro Bruto	3.590.936,16	3.138.131,73	= Lucro Contábil Líquido Antes do Imposto de Renda	3.050.009,43	3.023.273,01	
Não-Circulante			Despesas Administrativas	(99.940,21)	(94.564,70)	Imposto de Renda	(306.622,72)	(357.588,24)	
Emprestimos - Partes Relacionadas	29.690.773,87	28.894.243,27	Despesas Financeiras	(109.571,67)	(105.086,52)	Outras Despesas Operacionais	180.442,28	372.231,26	
Outras Obrigações LP	535.350,00	489.314,43	Despesas Gerais	(1.381.437,73)	(1.173.204,00)	Múltiplos Partes Relacionadas	796.530,60	80.000,00	
Total do Passivo Não-Circulante	30.226.123,87	29.383.557,70	Despesas Tributárias	(138.316,68)	(176.052,26)	Distribuição de Lucro	(1.578.311,09)	(2.418.929,68)	
Patrimônio Líquido			Outras Despesas Operacionais	(38.473,35)	0,00	Saldo de Caixa e Equivalentes	(2.149.099,08)	860.748,05	
Capital Social	1.922.754,00	1.922.754,00	Receitas Financeiras	180.442,28	372.231,26	Saldo de Caixa e Equivalentes no Final do Período	78.387,93	2.227.487,01	
Reservas	1.852.754,06	1.605.998,97				Variação Líquida Nas Disponibilidades	(2.149.099,08)	860.748,05	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.578.311,09)	(2.418.929,68)							
Lucros ou Prejuízos do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77							
Total do Patrimônio Líquido	4.940.583,68	3.775.508,06							
Total do Passivo	36.035.805,29	34.628.299,39							
Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto									
Atividades Operacionais	31.12.2024	31.12.2023	Aumento (Redução) de Passivos	31.12.2024	31.12.2023	Descrição	31.12.2024	31.12.2023	
Resultado do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77	Outras Contas A Pagar	(499.483,28)	548.014,15	Múltiplos Partes Relacionadas	796.530,60	80.000,00	
Itens aé Não Afetaem o Caixa			Obrigações Tributárias	(76.530,88)	89.820,55	Distribuição de Lucro	(1.578.311,09)	(2.418.929,68)	
Depreciações e Amortizações	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(24.121,73)	24.003,98	Total Das Aplicações	(1.335.880,81)	(1.717.558,57)	
Superávit (Déficit) do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77	Outras Obrigações - LP	(46.035,57)	(40.467,57)	Variação Líquida do Caixa	(2.149.099,08)	860.748,05	
Redução (Aumento) de Ativos						Saldo de Caixa e Equivalentes no Final do Período	78.387,93	2.227.487,01	
Adiantamentos Á Fornecedores	3.850,00	(3.850,00)				Variação Líquida Nas Disponibilidades	(2.149.099,08)	860.748,05	
George Alfredo Salem Nastas - Sócio - Administrador									
Andre Dalecio Soares - Contador - CRC 1SP 314568/O-8									

Tredici Participações S.A.									
CNPJ/MF nº 36.048.324/000147									
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)									
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Demonstração do Resultado do Exercício						
Balanço Patrimonial			Notas 31/12/2024 31/12/2023						
Circulante			Receita bruta de vendas						
Caixa e equivalentes de caixa	2.205	3.088	Venda de mercadorias	-	-	-	-	-	
Outros créditos	30.225	10.225	(=) Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	
Total do circulante	32.430	13.313	(-) Custo dos produtos vendidos	-	-	-	-	-	
Não circulante			(=) Lucro bruto	-	-	-	-	-	
Realizável a longo prazo			(-) Despesas operacionais	-	-	-	-	-	
Investimentos	36.451.067	39.579.834	Despesa com Clientes	18	(400)	(5.720)			
Total realizável a longo prazo	36.451.067	39.579.834	Administrativas	18	(5.388)				
Total não circulante	36.451.067	39.579.834	Despesas tributárias						

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81 - NIRE 35.300.028.953

Convocação - Assembléia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **24 de Abril de 2.025, Quinta-Feira, às 10:00 horas**, no Hotel Ibis São Paulo Expo, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Tomar as contas dos Administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2.024. II – Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2.024. III – Outros assuntos. Guarulhos/SP, 27 de Março de 2.025. Demetrio Augusto Zacharias – Diretor Presidente. (08, 09 e 10.04.2025)

SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 35.300.654.099

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

(a ser realizada de modo exclusivamente Digital)

Ficam convocados, pelo Diretor Presidente, os senhores acionistas da **SPE Cristina Energia S.A.** ("Companhia") para se reunirem em assembleia geral extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 16 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) a destituição de Bruno de Marques de Moraes, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.363.000-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 372.415.078-43, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, do cargo de Diretor Presidente; e (ii) a eleição de Sérgio Fonseca, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 24.996.879-4 (SSP/SP) inscrito no CPF/MF sob o nº 260.448.748-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04538-133, para o cargo de Diretor Presidente. **Procedimentos para participação: Informações acerca da participação dos acionistas na AGE.** Documentos. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão se cadastrar por meio do e-mail mc.vargas@energo-pro.com.br, com devendo, para tanto, apresentar à Companhia, (i) em caso de pessoas físicas, cópia do documento de identificação; e (ii) em caso de pessoas jurídicas, (a) documento de identificação do representante legal do acionista; e (b) cópia simples ou original do seu ato constitutivo, devidamente registrado nos órgãos de registro aplicáveis, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria devidamente registrada nos órgãos de registro aplicáveis). Para maior celeridade do processo da AGE, a Companhia solicita que os acionistas se cadastrem para participar na AGE e enviem a documentação aqui mencionada até, pelo menos, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE. **Participação Remota:** A AGE será realizada de forma digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. A Companhia enviará por e-mail aos acionistas (ou aos seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos) que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGE até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da AGE, deverá entrar em contato com a Companhia por meio dos contatos indicados abaixo e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Companhia solicita aos acionistas que accessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGE com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário previsto para inicio da AGE, tendo em māos documento de identidade. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, incluindo aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia pelo seguinte meio: mc.vargas@energo-pro.com. 8 de abril de 2025. Bruno Marques de Moraes – Diretor Presidente. (08, 09 e 10/04/2025)

Cooperativa Terenas Energia

CNPJ/MF nº 48.275.784/0001-97 | NIRE 354.002.003-16

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados

A **Cooperativa Terenas Energia**, sociedade civil sob o regime jurídico de Cooperativa, constituída em 19 de setembro do ano de 2022, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 618, sala 31, Itaim Bibi, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP: 04.530-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 48.275.784/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 354.002.003-16, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Cooperativa"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Carlos Alberto de Carvalho Caselli**, vem convocar todos os Cooperados ("Cooperados"), nos termos do artigo 38 da Lei nº 5.764/71, e do artigo 24 do "Estatuto Social da Cooperativa Terenas Energia" ("Estatuto Social"), a reunir-se, em **Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados**, a ser realizada no dia **22 de abril de 2025, (1) em 1ª (primeira) convocação às 10h00min; (2) não havendo quórum para instalação em primeira convocação, em 2ª (segunda) convocação às 11h00min, e por fim, (3) caso também não se atinja o quórum para instalação em segunda convocação, em 3ª (terceira) convocação às 12h00min**, a ser realizada de modo **exclusivamente digital**, conforme permitido no parágrafo único, Artigo 43-A, da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, por meio de videoconferência, na plataforma "MS Teams" ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) a ratificação da aprovação da participação pela Cooperativa como LICITANTE no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24.572.2024-D/UASG DE ATUAÇÃO Nº 986921 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE-SP, realizado pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande do Estado de São Paulo no dia 07 de abril de 2025 ("Pregão Eletrônico"), conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 04 de abril de 2025; b) a autorização expressa para os administradores e/ou representantes legais da Cooperativa, bem como procuradores bastante constituídos nos termos do Estatuto Social da Cooperativa, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias à participação da Cooperativa como LICITANTE no Pregão Eletrônico; e c) ratificação dos atos já praticados pelos administradores, representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos relacionados às deliberações anteriores. A Cooperativa ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade dos Cooperados; em 2ª (segunda) convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 50 (cinquenta por cento) mais um da totalidade de Cooperados na data da Convocação; e, em 3ª convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 10 (dez) Cooperados, conforme previsto no artigo 40 da Lei nº 5.764/71 e no artigo 27 do Estatuto Social. Para a aprovação da ordem do dia, serão necessários votos de Cooperados que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Cooperados presentes na Assembleia, conforme previsto no parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 5.764/71 e no parágrafo único do artigo 36 do Estatuto Social. Em conformidade com o previsto na alínea e, do artigo 25 do Estatuto Social, esclarece-se que, o número total de Cooperados, com direito a voto na data da publicação deste edital é de 25.788 (vinte cinco mil, setecentos e oitenta e oito) Cooperados. Para participação na Assembleia, os Cooperados deverão apresentar os seguintes documentos: (i) **Cooperado – Pessoa Física:** a) documento de identidade do Cooperado, contendo no mínimo o número do RG, do CPF, foto e assinatura. (ii) **Cooperado – Pessoa Jurídica:** a) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; b) documento que comprove os poderes de representação, tais como, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou procuração acompanhada do ato societário que elegeu o signatário da procuração; e c) documento de identidade do(s) representante(s) da pessoa jurídica, contendo no mínimo o número do RG, do CPF, foto e assinatura. De modo a facilitar os trabalhos na Assembleia, a Cooperativa sugere que os Cooperados que desejem participar da Assembleia, enviem, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail comunicacao@terenaseg.com.br, sendo que, somente serão aceitos documentos recebidos no referido e-mail até 30 (trinta) minutos antes do início de cada convocação. Por fim, a Cooperativa ressalta que, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 42 da Lei nº 5.764/71, "não será permitida a representação por meio de mandatário", de forma que nenhum cooperado poderá ser representado por Procurador no âmbito da presente Assembleia. Após o horário de inicio da Assembleia, os Cooperados que tiverem sua presença verificada, em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente, sendo que a Assembleia será gravada para fins de apuração de votos. A Cooperativa permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Cooperados no ínterim da presente convocação e a Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo-SP, 09 de abril de 2025. **Cooperativa Terenas Energia | Carlos Alberto de Carvalho Caselli – Presidente da Cooperativa Terenas Energia.**

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/ME nº 34.189.633/0001-01 – NIRE 35.300.538.391

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de março de 2025

Data, Horário e Local: 10 de março de 2025, às 08:00 horas, na sede da **Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.**, localizada na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Eduardo Pereira Guinle, s/nº, Armazéns XII e XVII e Armazém de Sal (T-8), Bairro Docas, CEP 11.013-250 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social, ficando regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa:** Presidida por Ricardo Luiz Cerqueira e Secretariada por Stella Sampaore Squarizi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** A única acionista da Companhia, após análise e discussão da matéria constante na ordem do dia, deliberou por, sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições: (i) **Aprovar** a eleição do Sr. **Harro Ricardo Schlorke Burmann**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade nº 1027286861 SSP/PC RS e inscrito no CPF/MF sob nº 509.463.150-00, com endereço comercial na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor da Companhia, a partir desta data, mediante a assinatura do Termo de Posse constante do **Anexo I** ao presente instrumento, pelo prazo remanescente dos demais membros da Diretoria. Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições do artigo 147 da Lei das S.A. e que foi investido imediatamente em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento devidamente arquivados na sede da Companhia. Com base na aprovação ora deliberada, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: Srs. **Ricardo Luiz Cerqueira** – Diretor; **Andre Saleme Hachem** – Diretor; e **Harro Ricardo Schlorke Burmann** – Diretor, todos com mandato unificado até a data de 12 de maio de 2025, podendo ser reeleitos. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. **1. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Santos, 10 de março de 2025. **Mesa:** **Ricardo Luiz Cerqueira** – Presidente; **Stella Sampaore Squarizi** – Secretária. **Acionista:** **Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.** **Fábio Abreu Schettino** – Diretor, **Andre Saleme Hachem** – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifco o registro sob o nº 126.332/25-3 em 03/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Brassinter S.A. Indústria e Comércio

CNPJ 56.994.460/0001-37

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S.A. Indústria e Comércio** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia 23 de abril de 2025 às 09 hrs na sede social da companhia, Avenida das Nações Unidas, 21344, São Paulo/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: 1º Relatório da Administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2024; 2º Eleição da Diretoria; 3º Fixação de honorários da Diretoria; e 4º Demais assuntos de interesse da Companhia. Acham-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024. São Paulo, 07 de abril de 2025. **Ary Frederico torres Neto** - Diretor Superintendente. (09, 10 e 11.04.2025)

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA
MERCANTIL**

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

